AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 41 | Nº 06 | JUNHO 2021 | R$ 15,00



CHINA

O MAIOR PARCEIRO COMERCIAL DO BRASIL

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

ENTREVISTA BRASIL TEM CONDIÇÕES DE AUMENTAR A PRODUÇÃO E A EXPORTAÇÃO DE FRUTAS

CONFINAMENTO MESMO COM ALTA NOS CUSTOS, É UM BOM NEGÓCIO EM 2021

CADASTROS AGRÁRIOS VEJA SE ESTÁ EM DIA COM A DOCUMENTAÇÃO

fgv.br/mba

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:

AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

INSCREVA-SE



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (Licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A. (Solange Srour), Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A. (Olavo Monteiro de Carvalho), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS **IMPORTANTES VEÍCULOS** FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO**.

SÃO MAIS DE 40 ANOS NO MERCADO GARANTINDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



www.agroanalysis.com.br
contato@agroanalysis.com.br

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

A ENORME IMPORTÂNCIA DA CHINA

DE MANEIRA geral, os preços continuam excelentes para os produtores. A expectativa de que haja um soluço da inflação – que poderia beirar os 7,0% no meio do ano – diminui. Assim, a inflação tende a fechar este ano em 5,5%, taxa que deve se igualar à Selic de dezembro. O dólar, por sua vez, vai flutuar entre R$ 5,00 e R$ 5,30 até o final do ano.

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional cresceu 1,2% no primeiro trimestre deste ano em relação ao último trimestre de 2020. Esse é o terceiro resultado positivo depois dos recuos no primeiro (-2,2%) e no segundo (-9,2%) trimestres de 2020. Como já abordamos em artigos passados, merece destaque a contribuição da agropecuária para a recuperação da atividade econômica brasileira. Dado que a vacinação tende a avançar cada vez mais, há um viés de alta para o crescimento econômico deste ano, previsto para 3,5% inicialmente.

A ***Agroanalysis*** mantém como recomendações para os produtores tentar travar suas vendas em dólar e comprar fertilizantes e defensivos da mão para a boca, ou seja, apenas nos volumes necessários para atender a necessidade imediata. Com todo esse quadro, apesar da terrível pandemia, 2021 será mais um bom ano para os produtores rurais, com lucros significativos.

No caso do milho, por exemplo, estima-se um lucro superior a R$ 4.000 por hectare em Mato Grosso na safra atual (2020/21) e na próxima safra (2021/22). A receita por hectare – que foi de aproximadamente R$ 3.800 na safra 2019/20 – deve superar os R$ 7.000 nas safras 2020/21 e 2021/22.

A alta no preço do milho – assim como no da soja – representa um forte choque de custos para o confinamento de boi gordo. No entanto, este também deve registrar lucro neste ano, de R$ 717,26 por cabeça confinada. Mesmo com os fortes aumentos nos custos de produção, foram as recentes altas nos preços futuros do boi gordo que impactaram positivamente as estimativas de resultado do confinamento.

Olhando para o mercado externo, o nosso artigo de capa mostra a enorme importância da China para o comércio brasileiro. Desde 2013, esse país é o maior importador do nosso agronegócio. Nos últimos doze meses, essa relevância da China expandiu-se ainda mais, devido às turbulências causadas pela pandemia. Entre maio de 2020 e abril último, foram embarcados US$ 36,6 bilhões para o país asiático (uma alta de 11,0% em relação ao período anterior), o equivalente a 34,2% de todo o valor exportado pelo agronegócio nacional. É importante destacar que essa relevância não se limita apenas ao agronegócio. Assim, é insano atritar com esse país! Contudo, isso não quer dizer que o Brasil tenha de apoiar eventuais posições autoritárias do governo chinês.

O Brasil consolida-se cada vez mais como um importante supridor de alimentos para o mundo. No *ranking* mundial, sobressaem as posições de liderança conquistadas pelas cadeias produtivas de soja, carnes, milho, açúcar, café, algodão, suco de laranja, produtos florestais, entre outras. Uma pesquisa realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostra que o Brasil alimentou 772,3 milhões de pessoas em 2020, sendo 212,2 da população brasileira mais 560,1 milhões de outros países, via exportação de grãos e carne bovina. Se a produção brasileira mantiver o ritmo registrado entre 2011 e 2020, atingirá a marca de 1 bilhão de pessoas em dez anos.

Na lista das principais *commodities* agrícolas nacionais, naturalmente atrás dos grãos (cereais e oleaginosas) e das carnes (de aves, bovina e suína), temos a cadeia produtiva de café, consolidada na história da agricultura brasileira. Para fortalecer essa posição competitiva do País, o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ) traçou o seu Plano Estratégico (PE) para o horizonte 2021-2024, tendo como um dos seus pilares de atuação "Sustentabilidade, Responsabilidade Social e Segurança Alimentar". Esse foco representa todo um esforço voltado para desenvolver ações concretas que fomentem a renda e a sustentabilidade socioambiental no campo, aumentando as oportunidades de mercado para o café nacional.

Todas as questões até aqui colocadas consolidam um cenário muito positivo para o agronegócio brasileiro. Naturalmente, nessa situação, aumentam os negócios envolvendo compra e venda de imóveis rurais. Para que proprietários de terra não tenham dor de cabeça, trazemos uma relação detalhada dos documentos da propriedade ou da posse que, obrigatoriamente, devem estar regularizados.

Quanto aos riscos do produtor, é importante dizer que, ao passo que observamos incrementos constantes na produção, as incertezas inerentes às atividades agropecuárias só crescem: fatores climáticos, econômicos, entre outros. O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) é o principal instrumento de política agrícola brasileiro voltado à gestão de riscos da produção. No entanto, para alcançarmos um sistema de seguro rural compatível com o tamanho da nossa agropecuária, é necessário priorizar o orçamento para o PSR e, também, trabalhar pelo fortalecimento de instrumentos de gestão de risco como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), pela disseminação da cultura do seguro rural entre os produtores e do conhecimento sobre o setor agropecuário entre as seguradoras, entre outros.

Na entrevista do mês, conversamos com Luiz Roberto Barcelos, empresário focado no cultivo e na comercialização de melão dentro e fora do Brasil, diretor institucional da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas) e presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O Brasil é apenas o 23º maior exportador mundial de frutas. Há muitos países, inclusive vizinhos, com menor produção que estão na nossa frente no comércio internacional de frutas. O Brasil dispõe de todas as condições para melhorar o seu desempenho, principalmente porque possui muito espaço para o crescimento da produção, via expansão de área e aumento de produtividade.

Por fim, no mês em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), a ***Agroanalysis*** traz, apropriadamente, a 12ª edição do Caderno Especial do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV). Por meio do programa Sistema Campo Limpo, já foram retiradas do meio ambiente mais de 646,5 mil toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas. Isso significa que 94% das embalagens plásticas primárias comercializadas a cada ano no Brasil são encaminhadas para a reciclagem ou a incineração pelo programa, que abrange todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. ■



ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



@fgvagro
/fgvagro
@fgvagroanalysis
FGV Agro
/fgvagro

www.agroanalysis.com.br
contato@agroanalysis.com.br

SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 CAPA **ENTREVISTA**
LUIZ ROBERTO BARCELOS
QUEREMOS O BRASIL COMO UM GRANDE POMAR DO MUNDO

10 **FRASES & COMENTÁRIOS**

11 **MACROECONOMIA**
RESILIÊNCIA DA ATIVIDADE ECONÔMICA

12 **AGRODROPS**

14 MERCADO & NEGÓCIOS

14 CAPA CHINA SUSTENTOU AS EXPORTAÇÕES EM 2020 (E EM 2021 TAMBÉM...)

16 AGRO DO BRASIL ALIMENTA QUASE 10% DA POPULAÇÃO MUNDIAL

18 CAPA BOI GORDO: BOAS EXPECTATIVAS PARA O CONFINAMENTO

20 DISPARADA NA COTAÇÃO DO MILHO

22 GESTÃO

22 O CUSTO FISCAL DO ARRENDAMENTO E DA PARCERIA AGRÍCOLA

30



CECAFÉ
EXPORTADORES DE CAFÉ ESTÃO PREPARADOS PARA UMA NOVA AGENDA INTERNACIONAL

25 POLÍTICA

25 SEGURO RURAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL

32



INPEV
INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA NA ECONOMIA CIRCULAR DO SISTEMA CAMPO LIMPO

24 CAPA **OS CADASTROS AGRÁRIOS**

28 **COOXUPÉ**
COOXUPÉ REFORÇA MEDIDAS DE PREVENÇÃO À COVID-19

38 **REUNIÃO DO COSAG**
DIRETRIZES DO PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO (PAP) DA SAFRA 2021/22

43 **ASBRAM**
ANO IMPORTANTE PARA O LANÇAMENTO DO PLANO ABC+

44 **BAYER**
BAYER ANUNCIA NOVA FASE DA INICIATIVA CARBONO, COM BENEFÍCIOS PARA AGRICULTORES

45 **FAESP**
MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

46 **DIÁRIO DE BORDO**
MARACANÃ

47 **PRODUZIR**
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRO

48 **OPINIÃO**
CARTA AO AGRO

49 **REFLEXÃO**
OS IMPACTOS DA CONECTIVIDADE SOBRE O AGRO

50 **PIMAGRO**

QUEREMOS O BRASIL COMO UM GRANDE POMAR DO MUNDO

LUIZ ROBERTO BARCELOS

Sócio-fundador e diretor da Agrícola Famosa e diretor institucional da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas)

Da Redação

COM UMA exposição esclarecedora, a conversa desta entrevista converge sobre a necessidade de mobilização para alavancar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Fruticultura (PNDF). Empresário bem-sucedido e focado em explorar o cultivo e a comercializaçao de melão dentro e fora do Brasil, Luiz Roberto Barcelos atua, também, nas funções de diretor institucional da Abrafrutas e presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Há muito espaço para o crescimento da produção de frutas, seja em sentido horizontal, com expansão de área, seja em sentido vertical, via aumento de produtividade. Exemplos existem de países que conseguiram montar políticas competentes de estado para produzir e exportar frutas de forma sustentável.

AGROANALYSIS: O QUE É A EMPRESA AGRÍCOLA FAMOSA?

LUIZ ROBERTO BARCELOS: Fundada em 1995, a empresa Agrícola Famosa exporta produtos frutícolas, em especial melões e melancias, no município de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Essa região está próxima da divisa dos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. O plantio de melão era, no começo, de 3 hectares por dia e, hoje, passa de 10 mil hectares por ano. As nossas exportações semanais para a Europa beiram 350 contêineres. Geramos mais de 8 mil empregos diretos, com carteiras de trabalho assinadas em pleno Semiárido brasileiro.

Chegamos a uma posição privilegiada no cutivo de melão, de maior exportador no Brasil e maior produtor no mundo. Em cima desses números gerais, olhamos a real transformação promovida pela fruticultura em relação à qualidade de vida das pessoas. Os sertanejos, quando têm a oportunidade de desenvolver trabalho, vestem a camisa e desempenham com competência suas funções. A empresa cresceu e alcançou esse estágio porque conta com gente muito preparada e dedicada ao trabalho no dia a dia.

PODEMOS CONSIDERAR ESSE PADRÃO COMO O NÍVEL DA NOSSA FRUTICULTURA?

LRB: Não. Infelizmente, prevalece a visão cultural de a fruta ser um produto de fundo de quintal, para consumo próprio e que serve de presente a familiares e amigos. Esparramados, os produtores concentram-se em explorar poucos produtos. Com a criação da Abrafrutas em 2014, trouxemos uma roupagem diferente. Agora, existem grandes empresas exportadoras, mas nenhuma de dimensão nacional, com pluralidade diversificada de frutas. O Vale do São Francisco cresceu e virou referência na fruticultura irrigada.

Esse perfil do produtor é diferente noutros países. Aqui, predomina a prática amadora e familiar, com pomar caseiro e de baixa produtividade. Falta padronização. Na ponta da tecnologia avançada, existem empresas com atividades desde a compra da semente, passando pela produção, até a entrega das frutas para os supermercados europeus. Esse trabalho ao longo da cadeia produtiva possibilita capturar mais valores. Na Abrafrutas, tentamos mostrar, aqui



TONY OLIVEIRA

dentro, o mercado gigantesco existente lá fora para explorarmos.

TERCEIRO PRODUTOR DE FRUTAS, O BRASIL TEM UMA BAIXA PARTICIPAÇÃO NOS MERCADOS?

LRB: De fato, no mundo, ficamos atrás apenas da China e da Índia; estamos à frente dos Estados Unidos. Apesar de produzirmos 40 milhões de toneladas de frutas por ano, exportamos menos de 3%. O melão é uma exceção, com exportação de dois terços da produção. Essa cultura começou a ser plantada no Nordeste brasileiro em meados da década de 1980, para atender a demanda da Europa quando da estação de inverno e da falta da produção local. Desde o início, os empresários olhavam o melão como um produto voltado para exportação.

Na manga, que divide a liderança nas exportações com o melão, 85% da produção permanece no Brasil. Junto a ela, exportada pelo Vale do São Francisco, aparece a uva, com valor agregado alto por contêiner (US$ 60 mil), superior ao da própria manga (US$ 35 mil) e ao da banana (US$ 10 mil). Então, nesse contexto todo, somos apenas o 23º exportador mundial de frutas. Existem muitos países com menor produção de frutas, mas na nossa frente no comércio internacional.

E AS OUTRAS FRUTAS PRODUZIDAS NO BRASIL?

LRB: Temos os mercados de frutas frescas e de frutas industrializadas, cada um com um *core business* diferente. No mercado *fresh*, 460 mil hectares são ocupados pela bananicultura. Enquanto o Equador exporta US$ 3,3 bilhões só com esse produto, exportamos menos de 5% da produção. Concentrada em estados da região Sul, a colheita de maçã ocorre em fevereiro, março e abril. Depois disso, estoca-se e se vende o ano inteiro. É uma planta adaptada a clima temperado, com testes experimentais recentes feitos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no Nordeste.

Há um potencial para exportar outras frutas tropicais. São os casos da aceitação externa do limão para fazer caipirinhas e do abacate por possuir boa dosagem de calorias. No abacaxi, temos uma boa produção, mas a variedade não tem aceitação externa.

Para completar, há um terceiro item de frutas: as chamadas exóticas, com destaque para o kiwi. De coloração marrom por fora e verde por dentro, peluda e de sabor azedo, a fruta é consumida no mundo inteiro. Nessa categoria, podemos incluir o cajá, o cajá-manga, o umbu e a cajarana, entre outras. Essas frutas enriquecem muito a nossa fruticultura, sendo ela bem-aceita pelos europeus quando vêm ao Brasil.

COMO VIRAMOS ESSE JOGO?

LRB: Nessa caminhada, defrontamo-nos com duas questões a serem superadas. A primeira delas é a falta de empresários com a mentalidade de enxergar as oportunidades para exportar. A grande quantidade de consumidores internos oferece mais atração. Em outros países, como Chile, Peru e Costa Rica, a realidade difere, com o mercado interno pequeno e a necessidade de vender no exterior. Muito grande, o tamanho do nosso consumo absorve uma grande produção. De um modo geral, o produtor possui uma excelência profissional da porteira para dentro em todos os setores, porém quem exporta são os *traders* internacionais.

Já a segunda questão envolve os governos dos países. Como oferece riscos para disseminar doenças, o cultivo de frutas cumpre com rigor a análise das pragas e o estabelecimento de protocolos. Então, surgem as barreiras comerciais disfarçadas de sanitárias, sempre alvo das negociações diplomáticas, que exigem técnicos preparados. Na legislação sanitária, as regras variam entre os países. Por isso, precisamos estabelecer normas flexíveis para acessarmos mais mercados. Cerca de 80% das nossas frutas vão para a Europa, porque as pragas vieram de lá para cá, enquanto outros países colocam restrições com frequência.

QUAL É O PAPEL DA CÂMARA SETORIAL DA FRUTICULTURA DO MAPA?

LRB: A Câmara Setorial possibilita essa interlocução junto aos poderes públicos. Ela possui uma estrutura bem montada, com 32 membros da cadeia produtiva, incluindo a produção, o transporte, a logística e a distribuição e sendo presidida por um produtor de frutas. Estamos na sua presidência há seis anos. Recentemente, levamos o exemplo do Peru, cuja exportação de frutas passou de US$ 100 milhões para US$ 2,6 bilhões a partir de 2000 até agora, enquanto o Brasil cresceu de US$ 500 milhões para US$ 900 milhões.

Visitamos e tivemos conhecimento sobre o plano de estado para a fruticultura desenvolvido pela Câmara Setorial da Fruticultura no MAPA. Debatemos dez itens* e envolvemos o MAPA e, também, os Ministérios das Relações Exteriores (MRE), da Saúde (MS) e do Meio Ambiente (MMA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Esperamos colher bons frutos no futuro.

COMO ESTÁ O DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NO NORDESTE?

LRB: Com várias sedes nessa região, a Embrapa melhora a tecnologia mediante a introdução de novas variedades genéticas de plantas. No entanto, esbarramos com a questão da analogia de pragas. Para trazermos de fora uma

fruta mais produtiva, saborosa e de tamanho adequado, cabe uma análise prévia com relação à sanidade. Como esse processo leva mais de cinco anos, não se acompanha o ritmo da modernização tecnológica, que avançou muito nos últimos anos.

Na tecnologia, enquanto a fertirrigação permite que a planta receba a nutrição diária de ingredientes junto à água, o manejo integrado envolve o *mix* entre o controle biológico e o químico para combater as espécies predadoras. Na mecanização pós-colheita, as práticas de manuseio ajudam a alongar o ciclo de vida perecível dos produtos. Para completar, um tema sensível na região semiárida do Nordeste: a água para irrigação deve ser explorada com controle via gotejamento apenas na raiz, sem exaurir o aquífero.

A IRRIGAÇÃO É UM TEMA SENSÍVEL?

LRB: Sim. Na nossa região, para evitarmos a evapotranspiração, de 2 mil milímetros por ano, utilizamos o plástico e mantemos o índice pluviométrico médio anual em torno de 600 mil litros. Como são arenosos e com muitas cavernas de calcário, a água percorre de forma rápida os solos. Antes de começar a safra, fazemos e acompanhamos as medições nos níveis estáticos e a salinidade das águas nos poços. Independentemente do tamanho, a represa está sujeita a essa perda. Isso não ocorre nos aquíferos subterrâneos, com recomposiçao mais rápida nos períodos de chuva.

AS COOPERATIVAS PODEM EXPANDIR A FRUTICULTURA?

LRB: Na Abrafrutas, não temos um trabalho específico voltado para as cooperativas. Há um departamento técnico para atender empresas interessadas em acessar o mercado externo. Por meio de um convênio com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), participamos de feiras internacionais. Em um resente evento em Dubai (nos Emirados Árabes Unidos), visitamos e encontramos um supermercado com a oferta do melão. No norte do Paraná, temos a Cooperativa Agroindustrial de Carlópolis (COAC), com exportação de goiaba para a Europa, um negócio pequeno e específico importante para o pequeno produtor.

Na Europa, por exemplo, no caso da Espanha, só há cooperativas. Aqui no Brasil, saindo do Sul e vindo para o Nordeste, não vemos tanto essa mentalidade de organização, apesar de ser o grande caminho. A fruticultura poderá ter realmente um desenvolvimento sustentável quando aglutinar cadeias produtivas com menor tamanho. Para atender o supermercado com frutas o ano inteiro, os produtores têm de se unir por meio desse sistema. Esse é o caso, por exemplo, da cooperativa de Tomé-Açu, no estado do Pará, exportadora de goiaba e membra da Abrafrutas.

PODEMOS MIRAR NOS EXEMPLOS DE PAÍSES DA AMÉRICA?

LRB: Peru, Chile, Equador e Costa Rica desenvolveram uma fruticultura forte voltada tanto para a exportação, como para o mercado interno. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o nosso consumo *per capita* por ano de frutas está em torno de 56 quilos, enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza um consumo de 120 quilos. Assim, consumimos menos da metade do recomendado.

Nos supermercados, as margens largas são justificadas pela alegação de muita perda e desperdício, enquanto as frutas de preço caro espantam o consumidor. Se baixarmos esse preço, com margem adequada, será bom, juntamente a campanhas para melhorar a saúde do consumidor.

Há um potencial grande no mercado interno e gigantesco lá fora. Então, vamos colocá-lo debaixo dos braços e ir aos Ministérios executar o PNDF, lançado em fevereiro de 2018. Além de celeiro, queremos que o Brasil seja, também, um grande pomar do mundo. No País, já temos 2,5 milhões de hectares plantados e geramos 5,0 milhões de empregos diretos. ■

*Os itens debatidos foram: (i) Governança da Cadeia; (ii) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; (iii) Sistemas de Produção; (iv) Defesa Vegetal; (v) Gestão da Qualidade; (vi) Crédito e Sistemas de Mitigação de Riscos; (vii) Legislação; (viii) Infraestrutura e Logística; (ix) Processamento e Industrialização; e (x) Marketing e Comercialização



DIVULGAÇÃO

FRASES & COMENTÁRIOS

"O avanço do chamado Plano ABC+ é uma estratégia necessária e urgente."

"O mundo está de olho na emissão de gases do efeito estufa e na gestão da paisagem que tem essas estratégias integradas para gestão da propriedade rural."

CELSO LUIZ MORETTI, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

"É preciso acabar de uma vez com a equivocada cisão entre produzir e conservar... Ambas as dimensões estão conectadas, em permanente sinergia, por meio da prestação de serviços ambientais."

JOSÉ CARLOS PEDREIRA DE FREITAS, coordenador executivo do Instituto Araguaia de Proteção Ambiental

"O nosso desafio é dobrar a área atual e chegar a 2030 com 35 milhões de hectares com sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF)... Passamos de 2 milhões de hectares, em 2005, para 11,5 milhões de hectares, em 2015. Hoje, já temos 17,4 milhões de hectares."

RENATO RODRIGUES, pesquisador da Embrapa Solos (no Rio de Janeiro) e presidente do Conselho Gestor da Associação Rede ILPF



ABRASS.ORG.BR

"Vamos integrar os elos da cadeia de sementes de soja, com a união dos multiplicadores, dos obtentores, dos distribuidores, das cooperativas e dos agricultores."

"Alinhar boas práticas comerciais, remunerar tecnologias e garantir a procedência da semente traz uma maior produtividade para os sojicultores."

GLADIR TOMAZELLI, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (ABRASS)



VALTER CAMPANATO/ AGÊNCIA BRASIL

"O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), executado de 2010 a 2020, se tornou referência mundial de política pública para o setor agropecuário."

"Para 2030, trabalhamos na segunda fase do Plano ABC, chamada ABC+, com tecnologias sustentáveis para sermos potência agrícola e ambiental."

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

"Com os investimentos que estão acontecendo, o agro brasileiro dará um salto ainda maior do que deu nos últimos cinquenta anos."

"Atualmente, estamos chegando a uma produção de 275 milhões de toneladas de grãos, com tecnologias de ponta na genética, na nutrição e na sanidade das plantas."

PAULO HERRMANN, presidente da John Deere no Brasil

"As regiões com verdadeira vocação na pecuária terão de aumentar a produtividade e melhorar as condições das pastagens degradadas."

"Para os próximos anos, pensamos numa pecuária que produza acima de 30 arrobas por hectare ao ano, com uma média de 45 sacos de soja em sistemas integrados."

RENATO WATANABE, gerente executivo da Cocamar Cooperativa Agroindustrial

RESILIÊNCIA DA ATIVIDADE ECONÔMICA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

UMA MARCA deixada pela pandemia em 2020 foi o seu impacto sobre as economias global e brasileira. A retração na atividade econômica e o aumento do desemprego verificaram-se em todas economias, ainda que em momentos distintos, à medida que a doença se alastrava pelos diferentes países.

Ainda que, no início de 2020, se desconhecesse a plenitude dos impactos da doença sobre a população e o sistema de saúde de cada país, os fatos tornaram, à medida que o tempo passou, cada vez mais evidente a dimensão do problema. Embora o início da então epidemia tenha se dado na China, o mundo só tomou conhecimento, de fato, da extensão e da gravidade do problema quando os países europeus foram atingidos. O colapso do sistema de saúde de vários países e as medidas de isolamento social adotadas por vários países europeus serviram de alerta para o resto do mundo do que estava por vir.

O primeiro caso no Brasil foi registrado em fins de fevereiro do ano passado. Em março, foram adotadas medidas de isolamento social. Os impactos sobre a economia decorrentes dessas medidas foram duros, com uma forte retração do Produto Interno Bruno (PIB) no segundo trimestre do ano. A economia começou a se recuperar no terceiro trimestre de 2020, conforme as medidas de isolamento social foram sendo afrouxadas, em um contexto de alívio do quadro da pandemia.

Sob essa perspectiva, é importante ressaltar que as ações de política econômica se mostraram importantes para evitar um aprofundamento da recessão no ano passado. A política monetária seguiu expansionista, com o Banco Central do Brasil (BCB) reduzindo a taxa Selic até o patamar de 2,0% a.a. Ao mesmo tempo, o Governo atuou corretamente no sentido de lidar com a crise, criando um auxílio emergencial e alocando recursos para lidar diretamente com os efeitos da pandemia.

A economia brasileira seguiu recuperando-se no quarto trimestre do ano passado, com o PIB crescendo 3,2% em relação ao trimestre anterior. Isso não impediu, no entanto, que o resultado do ano registrasse uma queda de 4,1% em relação ao de 2019.

As perspectivas iniciais para este ano eram relativamente favoráveis, uma vez que tudo indicava que o pior da pandemia havia ficado para trás e que havia a possibilidade de uma relativa volta à normalidade. No entanto, o quadro voltou a se agravar em fevereiro último, o que levou a novas medidas de isolamento social. O temor de uma nova (e forte) retração na atividade econômica voltou a assombrar. Por sua vez, o auxílio emergencial, que proporcionou um alento em 2020, foi renovado em março, com valores menos expressivos.

Ao mesmo tempo, a inflação, por conta do efeito da depreciação do real frente ao dólar e da alta dos preços internacionais das *commodities*, subiu consideravelmente desde o segundo semestre de 2020. Isso levou o BCB a inverter o sentido da sua política monetária, com o início de um ciclo de elevação da taxa Selic. Ao que tudo indica, a Selic deverá fechar o ano em 5,5% a.a.

O conjunto de eventos do começo do ano poderia sugerir uma abrupta retração da atividade econômica. No entanto, os indicadores da atividade econômica brasileira sinalizam para alguma resiliência da atividade nesse período. A produção industrial brasileira, por exemplo, acumulou um crescimento de 4,4% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2020. Os indicadores de confiança, após registrarem queda, deram sinais de recuperação em abril último. Merece destaque, também, o bom desempenho da agropecuária no período, tanto em função da taxa de câmbio, quanto por conta da alta cotação dos preços internacionais dos produtos. Com isso, o setor tem contribuído para a recuperação da atividade econômica brasileira.

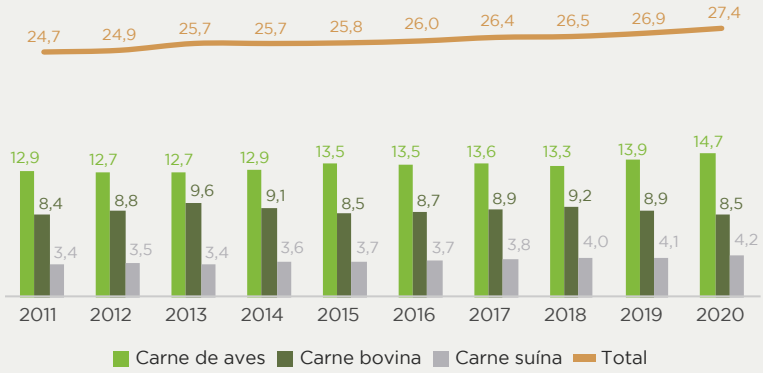
De qualquer forma, as perspectivas para os próximos meses são melhores. Ao que tudo indica, os números relativos à segunda onda de contágio parecem estar diminuindo, o que sugere que as medidas de isolamento tendem a afrouxar daqui para frente. Ao mesmo tempo, a vacinação tende a avançar cada vez mais, diminuindo, assim, as chances de uma terceira onda.

Isso coloca um viés de alta para o crescimento econômico deste ano, previsto para 3,5% inicialmente. Caso os indicadores positivos se confirmem, essa projeção, certamente, será revista para cima. ■

EXPANSÃO DO BRASIL NA PROTEÍNA ANIMAL

O desempenho da proteína animal na década passada (2011 a 2020) mostra números bem interessantes para ser avaliados no planejamento futuro de negócios dessas importantes cadeias produtivas em nível global. Houve um aumento na produção geral de carnes de aves (+14,1%), bovina (+0,4%) e suína (+25,0%). Na soma total de todas essas carnes, constata-se uma variação bem positiva (+10,9%). Nesse mesmo período, cresceu, também, o tamanho da população (+7,6%), mas com uma menor intensidade.

BRASIL: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CARNES DE AVES, BOVINA E SUÍNA
(MILHÕES DE TONELADAS)

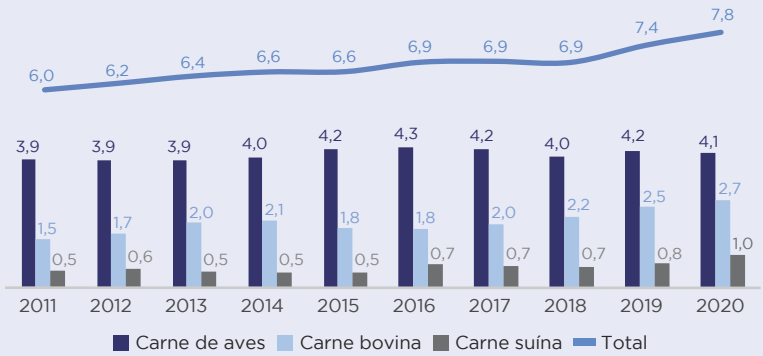


Fonte: IBGE; APINCO; ABIEC

CRESCEM AS EXPORTAÇÕES DAS CARNES BRASILEIRAS

Na década de 2011 a 2020, os embarques brasileiros tiveram aumentos nas carnes de aves (+4,7%), bovina (+80,0%) e suína (+92,2%). Na soma, o crescimento foi de 31,4%. Nos últimos dois anos em particular, os incrementos foram significativos e decorrentes da peste suína na China. As projeções apontam para uma manutenção desse ritmo durante este ano.

BRASIL: CRESCIMENTO DA EXPORTAÇÃO DE CARNES DE AVES, BOVINA E SUÍNA
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: SECEX

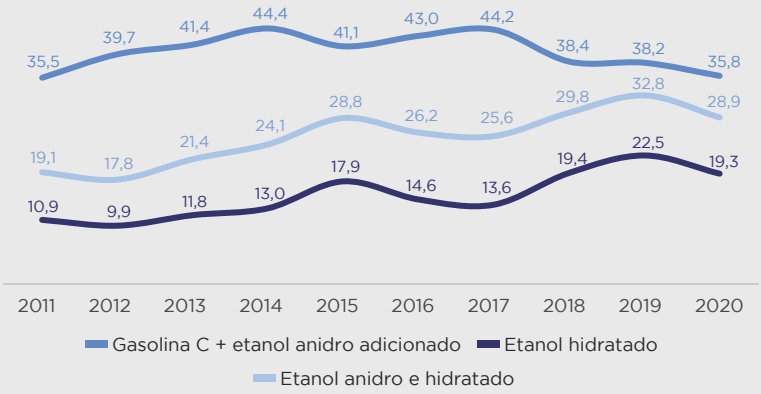
SHUTTERSTOCK



QUEDA NA VENDA E NO CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS

Em 2020, tiveram redução tanto a venda de etanol hidratado (-14,58%) como a de gasolina C com 27% de etanol anidro adicionado (-6,13%) em relação a 2019. Essa queda maior no etanol hidratado deveu-se à comercialização nas regiões Norte e Nordeste, onde a comercialização do biocombustível é menor. Essa tendência prossegue em direção de queda no primeiro semestre deste ano, com a continuidade das medidas drásticas de isolamento social tomadas pelas administrações municipais e estaduais em todo o País.

BRASIL: VENDA DE GASOLINA C E ETANOL
(BILHÕES DE LITROS)



Fonte: ANP

POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PNPSA)

Já adotada em diversos estados e em outros países, a Lei nº 14.119/21, sancionada pelo governo federal em janeiro último, instituiu a PNPSA. Prevista no art. 41 da Lei nº 12.651/12 (o Código Florestal – CF), aquela legislação estimula a preservação dos ecossistemas, combate a degradação das florestas e fomenta o desenvolvimento sustentável delas. Os beneficiados terão de comprovar a ocupação regular do imóvel rural e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de acordo com o CF. As prioridades serão dadas para as comunidades tradicionais, os povos indígenas e os agricultores familiares.

NORMAS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Depois de dezessete anos de discussão, a Câmara dos Deputados aprovou, em maio último, por 300 votos a 122, o Projeto de Lei (PL) nº 3.729/04, que estabelece as regras gerais, os prazos e os tipos de vigência do licenciamento ambiental. No caso do agro, as propriedades rurais deverão estar regularizadas no CAR ou em processo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). As normas também tratam das atividades de mineração, infraestrutura e obras em rodovia. O texto segue, agora, para o Senado e a sanção presidencial; se houver mudança, ele volta para a Câmara.

PASSO IMPORTANTE DO ANALISACAR

A verificação dos dados declarados no CAR é um passo crucial para decolar o CF, aprovado em 2012. Existem 6,5 milhões de declarações – o correspondente a 540 milhões de hectares – a serem analisados. A ferramenta Análise Dinamizada do Cadastro Ambiental Rural (AnalisaCAR), implementada pelo Serviço Florestal Brasileiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFB/MAPA), permitirá que se mensure a situação ambiental dos imóveis rurais. Com isso, será possível regularizá-los por adesão e consenso do proprietário. Será um teste para o Brasil mostrar ao mundo o seu protagonismo na agricultura sustentável.

PROGRAMA AGRO FRATERNO

Diante dos impactos causados pela pandemia de COVID-19, o programa Agro Fraterno visa contribuir com o governo federal na garantia da segurança alimentar no País. A iniciativa veio das entidades do agronegócio nacional e teve a coordenação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e do Instituto Pensar Agropecuária (IPA). No ambiente virtual www.agrofraterno.com.br, produtores e empresários rurais, cooperativas, empresas e entidades das cadeias produtivas poderão abraçar ainda mais as ações de combate à fome no País. De maneira voluntária, todos poderão fazer doações de cestas básicas, alimentos ou recursos.

CHINA SUSTENTOU AS EXPORTAÇÕES EM 2020 (E EM 2021 TAMBÉM...)

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

Uma análise aponta que a relação entre o Brasil e a China é benéfica para ambos os países. Além disso, atritos podem trazer sérios prejuízos ao agronegócio nacional, bem como à economia brasileira.

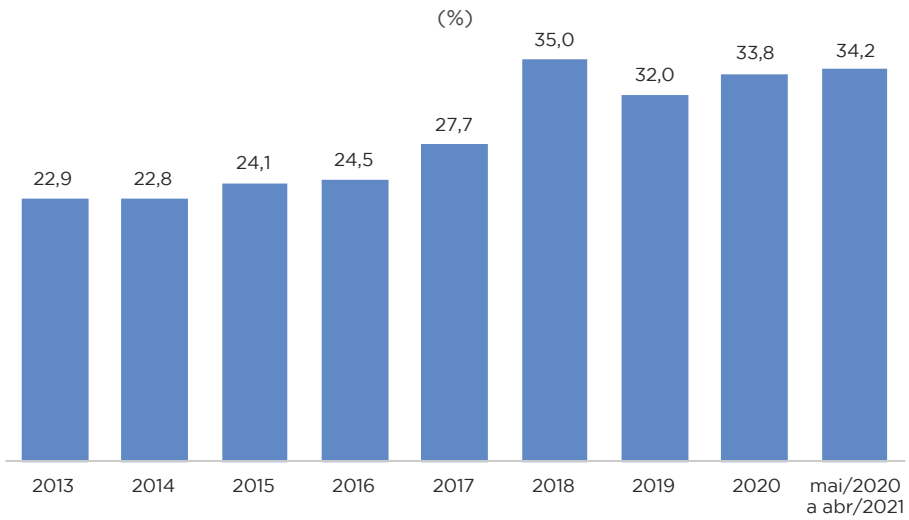
EM 2020, o saldo da balança comercial do agronegócio brasileiro foi de US$ 87,7 bilhões, representando o maior valor nominal de toda a série histórica, de acordo com os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Isso significa que, se o agronegócio do Brasil fosse um país, seria o quarto maior exportador líquido do Planeta, ficando atrás apenas da China (saldo comercial de US$ 535 bilhões no ano passado), da Alemanha (US$ 209 bilhões) e da Rússia (US$ 92 bilhões).

Frente a 2019, o saldo comercial registrou uma expansão de 5,5%, a qual foi resultado tanto do aumento das exportações (4,0%), como da queda das importações (-5,2%) do setor. Vale ressaltar que o aumento do valor embarcado pelo universo agro deve-se, sobretudo, à China. O gigante asiático foi o principal destino das vendas externas do setor (33,8% do total) e, além disso, expandiu os seus embarques provenientes do agro brasileiro em 9,9% em plena época de pandemia de COVID-19.

É importante salientar que, embora a China seja, desde 2013, o principal importador do agronegócio nacional, a relevância desse parceiro vem, de modo geral, aumentando ao longo dos anos e se expandiu ainda mais nos últimos meses, devido às turbulências causadas pela pandemia. Ou seja, nos últimos doze meses (isto é, o acumulado entre maio de 2020 e abril de 2021 – dados mais recentes disponíveis), foram embarcados US$ 36,6 bilhões para a China, representando uma alta de 11,0% em relação ao período imediatamente anterior e, assim, passando a equivaler a 34,2% de todo o valor exportado pelo agronegócio nacional. Esse aumento da representatividade da economia chinesa no período mais recente ocorreu por, notadamente, dois motivos:

- Dentro do G20 (grupo formado pelas dezenove maiores economias do Planeta mais a União Europeia), a China foi a única que conseguiu registrar expansão (2,3%) em 2020;
- Além disso, em paralelo, diversos países parceiros do agronegócio nacional reduziram suas compras do setor devido ao encolhimento de

CHINA: PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO



Fonte: MAPA

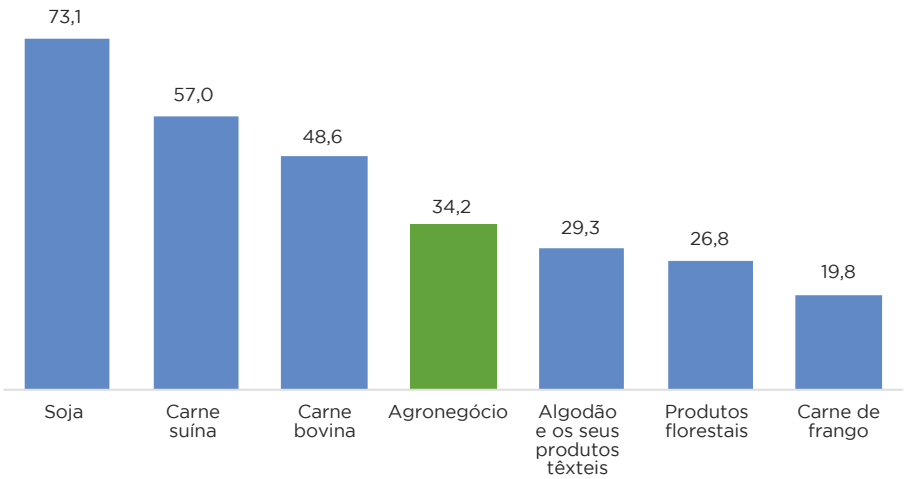
suas economias e aos demais obstáculos impostos pela necessidade de restringir a circulação de pessoas para evitar o espalhamento da COVID-19, com especial destaque para Japão, Irã, Arábia Saudita e México. Com isso, a economia chinesa ganhou participação, pois outras economias reduziram suas importações.

Ademais, é importante ressaltar que, embora, com frequência, haja a ideia de que a economia chinesa é apenas uma grande compradora de soja do Brasil, isso não é a realidade. Nos últimos doze meses, apesar de a soja ser o produto mais notável na pauta exportadora do agronegócio brasileiro com a China (US$ 22,7 bilhões, ou 73,1% do total), diversos outros bens também tiveram os chineses como principal destino, tais como: carne suína (US$ 1,4 bilhão, ou 57,0%); carne bovina (US$ 4,2 bilhões, ou 48,6%); algodão e os seus produtos têxteis (US$ 1,1 bilhão, ou 29,3%); produtos florestais (US$ 3,1 bilhões, ou 26,8%); e carne de frango (US$ 1,2 bilhão, ou 19,8%).

Logo, é nítida a relevância da China para o agronegócio nacional e, consequentemente, a economia brasileira como um todo. A relação entre esses dois países tem sido fortalecida ao longo do tempo e ganhou fôlego principalmente após 2017, quando a guerra comercial entre o gigante asiático e os Estados Unidos fez com que os produtos norte-americanos ficassem menos competitivos, abrindo espaço para que o Brasil ganhasse uma participação ainda maior no mercado chinês.

CHINA: PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PARA OS QUAIS ESSE PAÍS FOI O PRINCIPAL DESTINO NO ACUMULADO DE MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

(%)



Fonte: MAPA

Além disso, vale lembrar que, em 2018/19, a economia chinesa sofreu com a peste suína africana, que dizimou uma parte significativa do seu rebanho suíno, impulsionando as exportações brasileiras de carnes (suína, bovina e de frango). Desde o início da pandemia de COVID-19, a relação entre ambos os países ficou ainda mais forte.

Por fim, é preciso ter em mente que o vínculo entre o Brasil e a China é benéfico para ambas as nações e que não é razoável estremecer esse laço. Atritos, principalmente aqueles injustificados, podem trazer significativos prejuízos ao agronegócio nacional, bem como à economia brasileira, uma vez que a importância da economia chinesa para o Brasil vai muito além das suas compras junto ao universo agro. ■

A IMPORTÂNCIA DA CHINA NÃO SE LIMITA AO AGRONEGÓCIO

A China não é somente o principal parceiro comercial do agronegócio brasileiro, mas também o mais relevante destino de todas as exportações do Brasil, representando 33,6% do total embarcado pelo país em 2021 (até abril). Além disso, essa importância tem ficado ainda maior, uma vez que, entre o primeiro quadrimestre de 2020 e o mesmo período deste ano, o valor dos embarques brasileiros para esse país cresceu incríveis 36,3%, em dólares nominais.

Mesmo desconsiderando o valor exportado pelo agronegócio, a China continua sendo a economia mais relevante para o País, respondendo por 30,3% do total. Entre os produtos mais importantes da pauta exportadora brasileira para a economia chinesa que não pertencem ao universo agro, estão o minério de ferro e os seus concentrados, os óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos e alguns tipos de ferro. Juntos, esses produtos representaram 39,3% de todo o valor embarcado pelo Brasil neste ano (até abril), já descontando o montante exportado pelo universo agro.

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e pesquisadora do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV-EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

AGRO DO BRASIL ALIMENTA QUASE 10% DA POPULAÇÃO MUNDIAL*

ELISIO CONTINI[1], ADALBERTO ARAGÃO[2]

A produção do agronegócio brasileiro é responsável por alimentar aproximadamente 10% da população mundial.

CADA VEZ mais, o Brasil está se tornando um importante supridor de alimentos para o mundo. As exportações nacionais aumentaram de US$ 20,6 bilhões para US$ 100 bilhões entre 2000 e 2020. No *ranking* mundial, sobressaem as posições de liderança conquistadas pelas cadeias produtivas de soja, carnes, milho, açúcar, café, algodão, suco de laranja e produtos florestais, entre outras. Esse leque de produtos possui muitas oportunidades para crescer nos próximos anos.

Esse desempenho expressivo chama a atenção e merece ser tema de destaque nas obras de pesquisas, como no recente livro lançado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), sob a autoria de quarenta pesquisadores, com o título "Geopolítica do alimento: o Brasil como fonte estratégica de alimentos para a humanidade". Esse trabalho ratifica as projeções das entidades nacionais e internacionais quanto ao aumento da participação do Brasil no abastecimento mundial.

Essas claras perspectivas desembocaram em discussões sobre o papel significativo do agro brasileiro para a segurança alimentar do Planeta. Há uma divergência quanto ao número de pessoas



SHUTTERSTOCK

supridas por alimentos produzidos no Brasil, com uma larga variação de 1,0 bilhão a 1,5 bilhão. A apresentação de números tão elevados pode gerar um certo ar de ufanismo. Por isso, para manter e estabelecer a credibilidade nas estimativas, derivadas de diferentes métodos para cálculos, decidiu-se pela realização do presente trabalho.

PAPEL RELEVANTE NA SEGURANÇA ALIMENTAR

Passou-se, então, a levantar a produção de grãos e oleaginosas, alimentos básicos da cesta de amplas populações no mundo e insumos componentes na produção de proteína animal. Foram utilizados os dados do International Grains Council (IGC), subtraindo-se as importações de grãos feitas pelo Brasil. Multiplicou-se a produção física de grãos pelo seu respectivo valor monetário, a partir de preços internacionais (FMI, 2020).



POPULAÇÃO ALIMENTADA PELO BRASIL

ANO	Produção de grãos (milhões de toneladas)	Exportação de carne bovina (equivalentes grãos – milhões de toneladas)	População alimentada (milhões de pessoas)		
			Grãos	Carne bovina	Total
2011	146,1	15,1	465,2	48,0	513,2
2012	167,0	17,1	558,7	57,2	615,9
2013	170,5	20,7	552,9	67,2	620,1
2014	187,2	21,2	607,9	68,7	676,5
2015	170,0	18,7	563,8	61,9	625,7
2016	214,6	18,6	702,3	60,9	763,2
2017	207,8	20,4	721,7	70,8	792,5
2018	224,4	22,6	688,0	69,5	757,5
2019	232,0	25,7	728,7	80,8	809,5
2020	243,2	28,3	692,2	80,1	772,3

Como a carne bovina no Brasil é produzida basicamente a pasto, a sua exportação foi transformada em equivalentes grãos. As demais carnes, como de aves e suína, já contêm em grande medida os insumos milho e soja, que estão inclusos na participação do Brasil na produção de grãos. Assim, tomando por base os dados da população mundial, calculou-se o número de pessoas no mundo alimentadas pela produção brasileira.

Tomando-se como base os dados do IGC de produção de grãos e oleaginosas, estimaram-se, também, as taxas anuais de crescimento. Os resultados indicam uma variação no período de 2011 a 2020. A produção mundial de grãos básicos (arroz, cevada, milho, soja e trigo) cresceu 2,05% ao ano, enquanto a brasileira aumentou mais do que o dobro disso – 5,33%. É interessante assinalar que o poder explicativo desse modelo é significativo, de 85% e 91%, respectivamente, no mundo e no Brasil.

ALIMENTAR 1 BILHÃO DE PESSOAS

Os dados mostram que, em 2020, o Brasil alimentou 772,3 milhões de pessoas, sendo 212,2 milhões da população brasileira mais 560,1 milhões de outros países, via exportação de grãos e carne bovina convertida em grãos. A variação entre a população total alimentada pelo Brasil em 2019 (809,5 milhões) e aquela em 2020 (772,3 milhões) deve-se à variação de preços dos produtos nos dois anos considerados.

Desta maneira, pode-se afirmar com segurança que ao redor de 10% da população mundial possui como fonte alimentar a produção brasileira, incluindo a sua população. Além do alto quantitativo de pessoas alimentadas, desperta a atenção, também, a observação do ritmo de crescimento do Brasil no período como um todo.

Quando se considera a década de 2011 a 2020, o Brasil passou a alimentar mais 259,1 milhões de pessoas. Esse compasso de crescimento das exportações brasileiras pode servir de referência para o cenário futuro dos próximos anos. Isso significa estimar que a produção brasileira do agro passará a alimentar mais de 1 bilhão de pessoas em dez anos. ■

*O trabalho completo, intitulado "O Agro Brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas", está disponível em: https://www.embrapa.br/documents/10180/26187851/Popula%C3%A7%C3%A3o+alimentada+pelo+Brasil/5bf465fc-ebb5-7ea2-970d-f53930b0ec25?version=1.0&download=true0/2020

1 Pesquisador da Embrapa
2 Analista da Embrapa

BOI GORDO: BOAS EXPECTATIVAS PARA O CONFINAMENTO

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO*

Há uma estimativa que aponta um lucro de R$ 717,26 por cabeça confinada neste ano. Mesmo com os fortes aumentos observados nos custos de produção, as recentes altas das expectativas de preços do boi gordo para outubro (período de saída do confinamento) na B3 determinaram o resultado positivo.

NO MERCADO de boi gordo, os preços estiveram firmes e em alta entre janeiro e meados de abril deste ano. Esse período, caracterizado como de safra, apresenta uma maior disponibilidade de boiadas de pasto. Neste ano, houve uma retenção maior de fêmeas, em função da atratividade da cria, com os preços dos bezerros em alta. Assim, a possibilidade de o pecuarista "segurar" a boiada no pasto a um custo menor e negociar de forma compassada foi o fator de sustentação das cotações.

Em maio último, a oferta de boiadas para abate aumentou em função da perda de capacidade de suporte das pastagens com o início do período seco do ano no Brasil Central e no Centro-Sul. Com isso, os preços da arroba do boi gordo recuaram no mercado brasileiro, mas as quedas têm sido comedidas. Na praça de Barretos-SP, o preço da arroba chegou a R$ 312,50 em meados de abril e caiu para R$ 301,50 em 19 de maio, considerando o preço a prazo, descontadas as contribuições ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Apesar das recentes quedas, na comparação a maio do ano passado, o preço da arroba está 57,0% mais alto neste ano.

No mercado de bovinos para reposição, o cenário também foi de valorizações nos últimos anos, diante da menor oferta de animais, devido a uma maior participação de fêmeas nos abates em 2017, 2018 e 2019 (início do movimento de retenção). Mais recentemente, com a queda no mercado de boi gordo e a piora nas condições das pastagens, as cotações dos bovinos de reposição recuaram, mas, ainda assim, estão em patamares historicamente elevados. Em relação a maio de 2020, os preços do boi magro, do garrote, do bezerro de ano e do bezerro de desmama subiram, respectivamente, 46,6%, 45,1%, 57,1% e 63,2% em São Paulo. A referência para o boi magro no estado é, atualmente, de R$ 4.250,00 por cabeça.

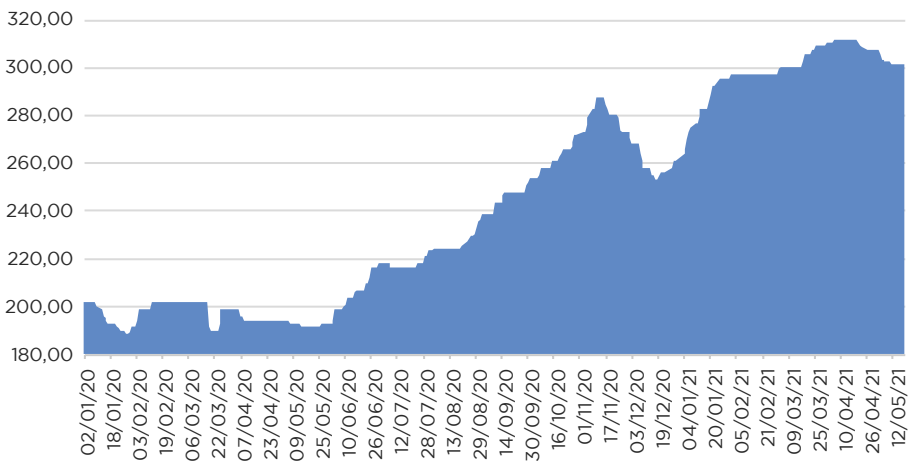
Além dos custos maiores para reposição do rebanho, os preços dos principais insumos subiram fortemente em 2020 e seguem em alta neste ano. Os destaques foram os fertilizantes, com altas de mais de 60% na comparação anual, e os alimentos concentrados. O preço do milho em grão subiu 37,2% no acumulado deste ano em Campinas-SP, atingindo R$ 107,00 a saca de 60 quilos (em 19 de maio último). O cereal está custando 98,1% mais neste ano do que em maio do ano passado.

SITUAÇÃO ATUAL E EXPECTATIVAS

Para o curto prazo (até meados de junho próximo), a expectativa é de que a oferta de boiadas para abate siga em volumes maiores, com as pastagens perdendo qualidade e capacidade de suporte aos animais com a seca.

Essa "desova" de final de safra, historicamente, pressiona para baixo os

BARRETOS-SP: PREÇO DO BOI GORDO
(R$/ARROBA, A PRAZO, DESCONTADAS AS CONTRIBUIÇÕES AO FUNRURAL E AO SENAR)



Fonte: Scot Consultoria

preços no mercado de boi gordo em maio, mas, neste ano, as quedas serão limitadas, principalmente, pela menor oferta de fêmeas. A partir de junho ou meados de julho próximo, a expectativa é de uma retomada da firmeza dos preços com a entrada da entressafra, até a chegada dos primeiros lotes de animais de confinamento.

EXPECTATIVAS PARA O CONFINAMENTO

O sistema de confinamento pode ser uma alternativa para o pecuarista terminar os animais durante o período mais seco do ano. Entretanto, considerando que o boi magro e a alimentação concentrada respondem por mais de 90% dos custos do confinamento, é preciso fazer as contas para estimar os resultados da operação, sobretudo diante do forte aumento dos custos de produção.

Para fazer as contas e estimar os resultados da operação, foi feita uma simulação para a engorda de bovinos em confinamento em São Paulo. A entrada dos animais ocorre em meados de agosto, com noventa dias de confinamento, ganho de peso diário de 1,6 quilo e rendimento de carcaça de 56%. Com isso, a retirada dos animais do cocho e a venda ao frigorífico para abate ocorrerão em meados de outubro próximo. Foram considerados uma diária média de R$ 16,10 por cabeça e o preço de aquisição do boi magro de R$ 4.250,00 por cabeça no estado.

Para o preço de venda do boi gordo, foi utilizada a cotação do contrato futuro de boi gordo na B3 – em que se negociam contratos de boi gordo para entrega em data futura –, que se refere ao mercado paulista, com vencimento em outubro próximo, de R$ 341,00 por arroba (cotação em 18 de maio último).

Na tabela, você pode ver todos os parâmetros utilizados e a estimativa de resultado por bovino confinado neste ano.

Nesse cenário, o resultado previsto é de um lucro de R$ 717,26 por cabeça confinada, o que deverá incentivar o confinamento neste ano, especialmente no segundo giro (gado fechado em julho/agosto próximo). Apesar dos fortes aumentos dos custos de produção, as recentes altas nos preços futuros do boi gordo impactaram positivamente as estimativas de resultado do confinamento. Isso se deu a tal ponto que, em fevereiro, o contrato de outubro próximo era negociado ao redor de R$ 290,00 por arroba. Se esse fosse o preço de venda do boi gordo, e considerando os custos naquela oportunidade (boi magro e diária), o resultado seria de um prejuízo de R$ 288,36 por cabeça confinada. ■

ESTIMATIVA DE RESULTADO ECONÔMICO DA ENGORDA DE BOVINOS EM CONFINAMENTO EM SÃO PAULO EM 2021

Entrada no cocho	1º de agosto 2021
Peso do boi magro	12 arrobas ou 360 quilos
Preço do boi magro	R$ 4.250,00 por cabeça ou R$ 354,17 por arroba
Custo da diária	R$ 16,10 por cabeça
Ganho de peso vivo diário	1,6 quilo
Dias de cocho	90
Peso de saída	504 quilos
Rendimento de carcaça	56%
Peso de carcaça	18,82 arrobas ou 282,24 quilos
Custo total	**R$ 5.699,00**
Saída do cocho (90 dias + 1 dia)	30 de outubro de 2021
Preço em São Paulo	R$ 341,00 por arroba
Receita	**R$ 6.416,26**
LUCRO	**R$ 717,26 por cabeça**

Fonte: Scot Consultoria



SHUTTERSTOCK

* Zootecnista da Scot Consultoria

DISPARADA NA COTAÇÃO DO MILHO

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO*

Uma estimativa aponta para um lucro superior a R$ 4.000 por hectare em Mato Grosso na safra atual (2020/21) e na próxima safra (2021/22).

OS PREÇOS do milho se mostraram firmes e em alta no mercado brasileiro. Os estoques internos baixos, a demanda aquecida e a valorização do dólar frente ao real são fatores altistas. Com relação à situação das lavouras no ciclo 2020/21, a produção na primeira safra ficou em 24,7 milhões de toneladas – abaixo da anterior, que foi de 25,7 milhões de toneladas –, segundo o relatório de maio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Agora, a dúvida recai sobre a segunda safra, estimada em 79,8 milhões de toneladas, acima da safra anterior, de 75,1 milhões de toneladas. Mas há muitas incertezas, principalmente por conta da estiagem no estado do Paraná.

Na região de Campinas-SP, o preço de R$ 105,00 da saca de 60 quilos do milho representa uma alta de 95,4% em comparação ao ano passado.

EXPECTATIVAS DE MERCADO

No relatório divulgado em maio pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), a produção norte-americana de milho foi estimada em 380,76 milhões de toneladas na próxima safra (2021/22), frente aos 360,25 milhões de toneladas colhidos em 2020/21. Se a situação seguir mais favorável nos Estados Unidos, o cenário de preços mais frouxos para o cereal no mercado internacional pode impactar, também, a comercialização no mercado brasileiro.

No entanto, para o curto e o médio prazos, os preços do milho não devem ter espaço para quedas mais fortes, diante da baixa disponibilidade do cereal.

Ademais, uma situação mais adversa de produção e revisões para baixo na produção poderão dar mais sustentação aos preços. Devemos lembrar que a segunda safra brasileira representa 75% da produção total estimada para a safra 2020/21. A partir de agosto/setembro próximo, com a retomada



das exportações, os preços do milho poderão ganhar uma nova sustentação no País, a depender do câmbio e da demanda mundial.

RESULTADOS ECONÔMICOS

A seguir, serão apresentadas as estimativas de resultados econômicos para o milho considerando a produção na segunda safra ou safra de inverno em Mato Grosso em 2019/20, 2020/21 (a safra em andamento) e 2021/22 (a próxima safra). O estado é o maior produtor nacional do cereal, e grande parte da produção atual já foi comercializada para entrega após a colheita, em junho/julho próximo.

A estimativa é de um lucro médio de R$ 4.521,89 por hectare em Mato Grosso na safra atual (2020/21), podendo ultrapassar os R$ 5.000,00 por hectare se considerarmos a venda do cereal nos momentos de preços mais altos na temporada.

Para a próxima safra, foi considerada a produtividade média das duas últimas safras no estado. Os custos de produção foram estimados pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), e o preço de venda foi considerado pela Scot Consultoria um valor ligeiramente menor do que o da temporada atual. Com isso, a projeção é de um lucro médio de R$ 4.037,09 por hectare em 2021/22. Ou seja, a situação deverá seguir favorável para o produtor de milho na temporada seguinte. ■

MATO GROSSO: RESULTADOS ECONÔMICOS PARA O MILHO

MILHO (2ª SAFRA)	2019/20	2020/21	2021/22
Custos de produção (R$/hectare)	2.690,23	2.934,51	3.328,31
Produtividade média (sacas/hectare)	109,02	101,42	105,22
Preço médio de venda (R$/saca)	35,13	73,52	70,00
Receita (R$/hectare)	3.829,87	7.456,40	7.365,40
LUCRO (R$/HECTARE)	**1.139,64**	**4.521,89**	**4.037,09**

Fonte: Scot Consultoria; IMEA

* Zootecnista da Scot Consultoria



SHUTTERSTOCK

O CUSTO FISCAL DO ARRENDAMENTO E DA PARCERIA AGRÍCOLA

ANDRÉ RICARDO PASSOS DE SOUZA*

*Em continuidade à temática da gestão tributária no campo (cujo primeiro artigo foi publicado na edição anterior da **Agroanalysis**), este artigo pretende responder a seguinte questão: qual é o custo fiscal de se arrendar uma propriedade rural em comparação ao da parceria agrícola? Essa questão foi discutida no evento realizado em abril último pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) denominado "Informação para Decisão".*

PARA AVALIARMOS o custo fiscal do arrendamento de uma propriedade e o da parceria agrícola, podemos examinar, primeiramente, os registros contábeis de um produtor rural pessoa física que venha a entregar a sua terra para produção rural em parceria ou arrendamento. Nesse caso, os registros seriam, a rigor, realizados conforme a Tabela 1.

Em uma primeira análise da Tabela 1, vê-se que, apesar de, na linha do "Resultado final", ambas as colunas do quadro apresentarem valores equivalentes, "arrendamento" e "parceria" são entendidos como modalidades diferentes não só de contratos – a despeito de ambos serem previstos no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) –, mas também têm tratamentos fiscais distintos pela legislação de regência. A parceria é tratada como atividade rural por excelência e, como tal, as suas movimentações e os seus rendimentos devem ser registrados no livro-caixa da atividade rural vinculado ao Cadastro de Pessoa Física (CPF) do produtor rural, com a apuração do resultado da parceria (atividade rural) a partir de uma contabilidade simples e apuração meramente aritmética: receitas - despesa / custo = resultado.

Já o arrendamento caracteriza-se como um mero "aluguel" para todos os fins legais e, portanto, não se enquadraria, pela legislação vigente, como atividade rural, sendo, então, registrado e tratado diretamente na declaração de rendimentos do produtor rural pessoa física, sem passar pelo livro-caixa da atividade rural. Nesse caso, o pagamento de Imposto de Renda (IR) ocorre segundo uma tabela progressiva que vai até 27,5% incidentes sobre os R$ 500.000,00 auferidos como resultado, sem dedução de custos ou despesas da atividade rural.

Por sua vez, na modalidade de apuração e recolhimento de IR de pessoa física, que denominamos como "PF Simplificado (Vendas)", o produtor rural teria, na parceria, a possibilidade de recolher apenas 5,5% sobre o total das receitas de vendas, o que, certamente, tornaria a modalidade muito menos custosa fiscalmente ao produtor rural em termos de IR (*vide* Tabela 2).

Assim, a partir do exemplo numérico apresentado na Tabela 2, podemos representar os registros contábeis, com os quais, por sua vez, podemos chegar aos custos e aos registros fiscais do produtor rural pessoa física para as diferentes modalidades de contratação (parceria ou arrendamento) e, assim, comparar com absoluta segurança e escolher a melhor opção para a realização de uma operação dessa natureza. Isso porque, desde 2007, o próprio Estatuto da Terra sofreu alterações que permitem que se estabeleçam parcelas fixas de pagamento da parceria (antecipações) contanto que se ajustem, ao final dos períodos pactuados, os fluxos dos contratos de acordo com os percentuais fixados pelo Estatuto.

Ademais, sempre vale ressaltar e exemplificar que, para os mesmos contratos de parceria e arrendamento, caso a terra para a produção seja entregue por um produtor rural pessoa jurídica – ou seja, aquele que utiliza o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de uma empresa agropecuária para registrar as transações e as operações –, a contabilidade em

TABELA 1: EXEMPLO DE CONTABILIDADE DO PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA

RUBRICA	Parceria (R$)	Arrendamento (R$)
Receita (vendas)	1.000.000,00	500.000,00
Despesas/custos	(500.000,00)	–
RESULTADO FINAL	**500.000,00**	**500.000,00**

TABELA 2: EXEMPLO DE CUSTO FISCAL DO PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA

TRIBUTAÇÃO SEGUNDO MODALIDADE	Parceria (R$)	Arrendamento (R$)
PF Contábil (Livro-Caixa)	137.500,00 (500.000,00 x 27,5%)	137.500,00 (500.000,00 x 27,5%)
PF Simplificado (Vendas)	55.000,00 (1.000.000,00 x 5,5%)	–

TABELA 3: EXEMPLO DE CUSTO FISCAL DA EMPRESA AGROPECUÁRIA

TRIBUTAÇÃO SEGUNDO MODALIDADE	Parceria (R$)	Arrendamento (R$)
PJ Contábil (Lucro Real)	216.250,00 (500.000 x 43,25%* ou resultado final x 43,25%)	216.250,00 (500.000 x 43,25%* ou resultado final x 43,25%)
PJ Presumido (Vendas)	67.300,00 (1.000.000 x 6,73%** ou receita x 6,73%)	72.650,00 (500.000 x 14,53%*** ou receita x 14,53%)

*43,25% = 25,00% de IR + 9,00% de CSLL + 1,65% de PIS + 7,60% de COFINS
**6,73% = 2,00% de IR + 1,08% de CSLL + 0,65% de PIS + 3,00% de COFINS
***14,53% = 8,00% de IR + 2,88% de CSLL + 0,65% de PIS + 3,00% de COFINS

si deve ser feita por meio de balanços apurados conforme as regras da contabilidade das empresas (Lei nº 6.404/76), além da utilização, para a apuração dos tributos devidos, dos livros fiscais exigidos pela legislação para as pessoas jurídicas. Nesse caso, considerando o mesmo exemplo anterior, os custos fiscais para uma empresa que opta pelo regime "Lucro Real" ou "Lucro Presumido" estão calculados na Tabela 3.

Ora, fica nítido, portanto, que a tributação do produtor rural pessoa física em comparação à do produtor rural pessoa jurídica (empresa agropecuária) é menos onerosa do ponto de vista do custo direto.

Porém, ainda existem outras situações a ser examinadas com afinco e, é claro, com números para ajudar na visualização dos efeitos contábeis e fiscais do produtor rural de modo a ajudar nas tomadas de decisão. Fiquem conosco para os próximos "capítulos"... Até lá, bons negócios! ■

* Professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio-fundador do Passos e Sticca Advogados Associados (PSAA)



SHUTTERSTOCK

OS CADASTROS AGRÁRIOS

PERSION ALDEMANI MARTINS DE FREITAS

Advogado especialista em Direito Tributário e Direito do Agronegócio e sócio da Aldemani Martins Advogados

O AGRONEGÓCIO tornou-se a locomotiva da economia brasileira, representando, atualmente, mais de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, colocando o País em uma posição de destaque no competitivo mercado mundial.

Assim, a propriedade e a posse passaram a protagonizar o mercado imobiliário, devido à grande valorização das áreas, em decorrência da pujança do setor. Desta forma, esses imóveis rurais devem, necessariamente, estar cadastrados regularmente nos órgãos competentes. Portanto, relacionamos os pontos obrigatórios da propriedade ou da posse:

- Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR): é o cadastro do imóvel rural realizado no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Trata-se de um documento obrigatório para o desmembramento, o parcelamento, o remembramento, o arrendamento, a hipoteca, a partilha ou a alienação e a transferência a qualquer título da propriedade ou da posse. O cadastramento, o recadastramento e a emissão deverão ser efetuados diretamente pelo site do órgão fundiário, juntamente ao pagamento anual da taxa cadastral.

- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR): o cadastro é realizado por meio de inscrição no Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR), obtendo-se, assim, o Número do Imóvel na Receita Federal (Nirf), que possibilitará a apresentação do Documento de Informação e Atualização Cadastral do ITR/Documento de Informação e Apuração do ITR (Diac/Diat). Trata-se de um tributo sujeito ao lançamento por homologação, em que o contribuinte declara, efetua o pagamento antecipado e fica sujeito à homologação do fisco. O imposto incide sobre a propriedade, a posse ou o domínio útil em 1º de janeiro de cada ano. O prazo para entrega da declaração inicia-se em agosto e se encerra em 30 de setembro de cada ano.

- Ato Declaratório Ambiental (ADA): é o instrumento legal para o cadastramento dos imóveis rurais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), especialmente das áreas de interesse ambiental, com a finalidade de fruição da isenção do ITR. A declaração deverá ser apresentada diretamente no site do órgão ambiental, e o prazo para entrega da declaração inicia-se em 1º de janeiro e se encerra em 30 de setembro de cada ano.

- Cadastro Ambiental Rural (CAR): é o registro público eletrônico da propriedade ou da posse, cuja inscrição é obrigatória e por prazo indeterminado, sendo, portanto, a primeira etapa da regularização ambiental do imóvel rural.

- Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR): é uma base comum de informações gerenciada em conjunto pela Receita Federal e pelo Incra que objetiva a integração entre os dois maiores cadastros territoriais de imóveis rurais do País (o CAFIR e o SNCR), o que se dá por meio da vinculação do Nirf com o CCIR.

- Georreferenciamento: é a localização precisa de um imóvel rural mediante a identificação dos limites e das confrontações obtidos pela elaboração do memorial descritivo por um profissional habilitado, contendo as coordenadas geográficas com precisão posicional referenciada no Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), administrado pelo Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF).

Com efeito, o cadastro agrário corresponde à radiografia da estrutura dos imóveis rurais do País e é imprescindível para que os proprietários e os possuidores obtenham as regularizações fundiária, fiscal, cadastral e ambiental de seus imóveis rurais, sobretudo em observância ao princípio constitucional da função social da propriedade. ■

SEGURO RURAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL

LEILA HARFUCH[1], GUSTAVO DANTAS LOBO[2]

A previsibilidade de recursos é chave para a gestão de riscos do setor agropecuário, como indica o caso do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

É INEGÁVEL que, nos últimos anos, o Brasil apresentou taxas de crescimento recorde na produção e na produtividade agropecuárias. Todavia, observa-se um paradoxo: ao passo que há incrementos na produção, os riscos inerentes às atividades agropecuárias só crescem. Fatores climáticos, econômicos e outros afetam diretamente a segurabilidade da atividade agropecuária, impondo a necessidade de recursos públicos para garantir a existência de um mercado de seguros eficiente.

Implementado em 2004 sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o PSR é, atualmente, o principal instrumento de política agrícola no que diz respeito à gestão de riscos nos moldes de uma parceria público-privada (PPP). Nos últimos anos, observou-se uma evolução significativa do seu alcance, e, em 2020, foram destinados R$ 881 milhões de subvenção ao prêmio das apólices, abrangendo uma área de 13,7 milhões de hectares (17% da área total de lavouras*) e uma importância segurada de R$ 45,8 bilhões. Considerando todas as apólices (com e sem subvenção), foram pagos R$ 2,52 bilhões em indenizações aos produtores rurais no ano. Já o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que foi criado em 1973 e colocado sob gestão do Banco Central do Brasil (BCB), atingiu outros R$ 14 bilhões de valor segurado e 4,5 milhões de hectares em cerca de 300 mil operações nos últimos dois anos. Apesar de distintos, ambos os programas possuem como públicos-alvo os pequenos e os médios produtores rurais.

Apesar das incertezas em relação ao orçamento disponibilizado ao PSR para a safra 2021/22, tudo indica que os recursos destinados deverão fortalecer e manter o Programa num patamar mais elevado, ainda que os desafios sejam maiores a cada ano dado o crescimento do setor agropecuário.

PREVISIBILIDADE DOS RECURSOS

Mais do que o volume de recursos em si, o embate no orçamento expõe um problema crônico no programa de subvenção brasileiro e que fundamenta uma das principais demandas do setor, defendida pelo MAPA, pelas seguradoras e pelos produtores rurais: a previsibilidade dos recursos destinados à subvenção do PSR.

De caráter discricionário, os recursos destinados ao PSR são sujeitos a cortes e contingenciamentos. Como os contratos são realizados antes mesmo da disponibilização de recursos do PSR, muitas apólices são canceladas, impondo ao sistema um alto grau de incerteza, que pode se traduzir nas taxas das apólices praticadas (valor do prêmio). Ou seja, a discricionariedade dos recursos prejudica a própria evolução da política de seguro rural no Brasil.

Tomaremos como exemplo um dos programas de subvenção ao prêmio em vigor nos Estados Unidos. Os subsídios nesse país são compostos de três vias, que são definidas na Farm Bill (política agrícola americana) a cada cinco anos: (i) subvenção ao prêmio das apólices; (ii) subsídios dos custos operacionais e administrativos das seguradoras; e (iii) oferta de liquidez via resseguros.

Somente em 2020, foram coletados mais de US$ 10 bilhões em prêmios (com 60% de subvenção) e segurados cerca de US$ 114 bilhões distribuídos em 161 milhões de hectares. A diferença em escala já era de se esperar dado o orçamento elevado para a política agrícola americana. Todavia, percebe-se uma disparidade em termos de previsibilidade dos recursos destinados à subvenção e, por consequência, sobre a expectativa de alcance da subvenção em termos de área e importância seguradas. O Gráfico 1 apresenta a variação da subvenção, da área e da importância seguradas no Brasil (linhas contínuas) e nos EUA (linhas tracejadas).

No Gráfico, ficam evidentes dois pontos: (i) a grande dependência entre o valor subvencionado, a área e a importância seguradas, que compartilham os mesmos movimentos; e (ii) a grande diferença em termos de

variância destes fatores se comparados os países. Ou seja, além do volume de recursos dos programas de seguro, os EUA e o Brasil diferem bastante na previsibilidade de disponibilidade desses recursos. O Brasil registrou, em diversos momentos, variações de mais de 100% na disponibilidade de recursos de um ano para outro, enquanto a variação máxima de um período para outro nos EUA não passou de 60%, apresentando uma trajetória quase constante a partir de 2012. Ainda assim, com a expectativa de prioridade do seguro rural na política agrícola brasileira, espera-se que essa oscilação seja cada vez menor e que os recursos se apresentem em uma trajetória crescente.

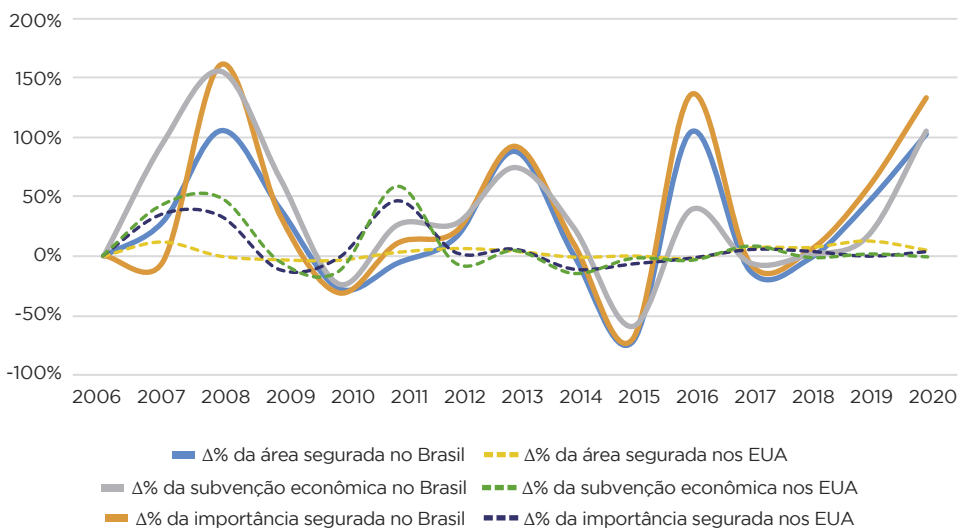
RELEVÂNCIA DA SUBVENÇÃO

Outro ponto ao qual vale se atentar é que, no PSR, variações positivas da subvenção são acompanhadas de uma maior variação percentual do valor segurado. Por exemplo, em 2016, para cada R$ 1,00 subvencionado, eram segurados R$ 33,00. Em 2020, para cada R$ 1,00, foram segurados R$ 52,00. O valor segurado variou a uma magnitude superior às variações da subvenção, indicando uma oportunidade de alavancagem maior do seguro, a depender das condições da subvenção (limite por beneficiário, por exemplo). O exercício simples aqui realizado deixa evidente que, mais do que a capacidade de alavancagem do seguro rural em termos de área e importância seguradas, é preciso garantir uma menor volatilidade dos recursos disponibilizados para o PSR. A previsibilidade de recursos se mostra imperativa e condicionante como estratégia de fomentar o seguro rural no Brasil. Para alcançar esse objetivo, é preciso um movimento explícito de priorização dessa política entre os demais instrumentos da política agrícola que precisam de subvenção econômica.

Como bem demonstrado pelo último relatório do PSR[**], o orçamento do programa representou 10,5% dos gastos públicos com programas de promoção da produção agropecuária. O seguro rural torna-se cada vez mais essencial para reduzir os riscos inerentes à produção agropecuária, e diversos esforços do MAPA são claros em fomentar esse instrumento. Entre 2014 e 2020, foram subvencionados R$ 3,39 bilhões em prêmios e pagos R$ 10,25 bilhões aos produtores em indenizações (*vide* Gráfico 2) no âmbito do PSR – valor este que equivale, *grosso modo*, a quase um ciclo de subvenção econômica do Plano Safra.

Por um lado, fortalecer as políticas de gestão de risco promove um círculo virtuoso para o setor agropecuário. Ao sofrer um sinistro, o produtor recebe a indenização do seguro rural, mantendo o seu fluxo de caixa e o seu patrimônio, possibilitando pagar pelo crédito rural e, ainda, investir na propriedade, aumentando a produtividade. Isso reforça o papel do seguro rural como um indutor de tecnologias no campo por compartilhar os riscos com o produtor. Por outro lado, o produtor que não contrata seguro rural cai em um círculo vicioso: impactos climáticos sobre a produção diminuem o faturamento, reduzem a capacidade de pagamento dos financiamentos de crédito rural (com renegociação de dívidas) e, consequentemente, o acesso a novos créditos, limitando o pacote tecnológico adotado nos ciclos

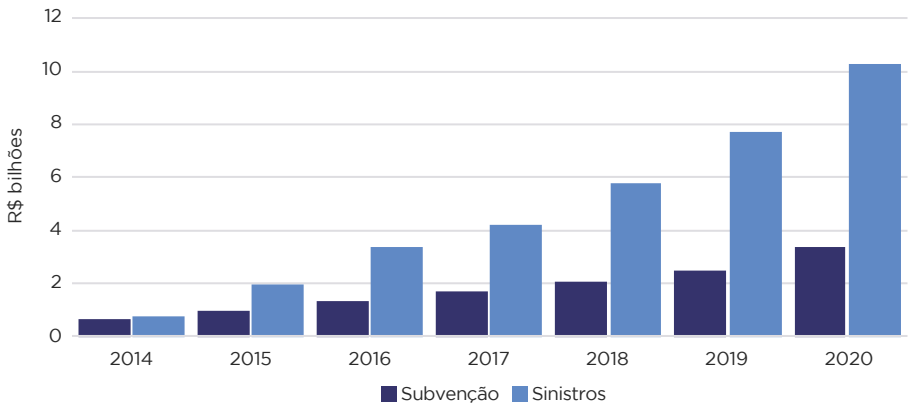
GRÁFICO 1: VARIAÇÕES PERCENTUAIS (Δ%) DA ÁREA SEGURADA, DA IMPORTÂNCIA SEGURADA E DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS ENTRE 2006 E 2020



Fonte: Atlas do Seguro Rural (2020); RMA/USDA (2020)



GRÁFICO 2: VALORES ACUMULADOS ANUALMENTE DA SUBVENÇÃO E DOS SINISTROS PAGOS
(R$ BILHÕES)



Fonte: DEGER/SPA/MAPA; Programa Agro Gestão Integrada de Riscos (ProAgir, 2021)

produtivos posteriores e comprometendo a produtividade, o fluxo de caixa e o patrimônio.

Diante do exposto, é inegável que o sistema de seguro rural brasileiro atravessa uma mudança de paradigma, tornando-se muito mais robusto e atingindo um maior número de produtores. Todavia, para alcançarmos um sistema de seguro rural compatível com o tamanho da nossa agropecuária, é necessário priorizar o programa de subvenção (PSR) e, considerando as restrições de orçamento, revisitar outros instrumentos da política agrícola cuja necessidade de subvenção é menor. Essa priorização não passa somente pela previsibilidade de recursos para a subvenção econômica ao PSR, mas também: pelo fortalecimento de instrumentos de gestão de risco como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC); pela disseminação da cultura do seguro rural entre os produtores e do conhecimento sobre o setor agropecuário entre as seguradoras; pela incorporação de geotecnologias pelas seguradoras e pelo MAPA que reduzam a assimetria de informação e o custo de auditoria; pelo aprimoramento e compartilhamento de bancos de dados; pelo fomento ao mercado de resseguros, entre outras iniciativas. Essa ampla agenda vem sendo endereçada pelo MAPA e pelo mercado de seguros, com grandes expectativas de que os avanços continuem neste ano. ■

*** Razão entre a área segurada e a área plantada de lavouras permanentes e temporárias da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM, 2019)**

**** Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural/documentos-seguro-rural/relatorio-geral-psr-2020-1.pdf**

1 Sócia-gerente da Agroicone
2 Pesquisador da Agroicone



SHUTTERSTOCK

COOXUPÉ REFORÇA MEDIDAS DE PREVENÇÃO À COVID-19

Com o início da colheita, o objetivo da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) é assegurar o bem-estar de todos e evitar a contaminação.

A COLHEITA de café deste ano na área de atuação da Cooxupé está praticamente se iniciando. E o período, em função do cenário provocado pela pandemia de COVID-19, exige que o produtor continue adotando medidas de prevenção. Tudo isso para assegurar o bem-estar de todos e evitar a contaminação nos ambientes da propriedade rural.

Desta forma, a Cooxupé busca reforçar os protocolos de saúde e segurança no campo junto aos seus mais de 16 mil cooperados, com base na cartilha produzida pelo Conselho Nacional do Café (CNC), pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) e pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa), fundamentada em condutas difundidas por órgãos como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Economia (ME).

"Em 2021, a colheita será marcada novamente pela prevenção à COVID-19. Assim, mais uma vez, precisaremos de mudanças na rotina, nos trabalhos e no contato social no campo. Serão meses desafiadores, porém cercados por aprendizados e superações", afirma o presidente da Cooxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo. "Mas tenho certeza que os nossos cooperados não medirão esforços para seguir todas as recomendações dos órgãos competentes e, desta forma, garantir uma colheita saudável e de sucesso. O comprometimento é de todos, e enfrentaremos a pandemia juntos, com muita responsabilidade, mais uma vez", completa.

PERÍODO IMPORTANTE PARA OS CAFEICULTORES

Segundo a cartilha, a época de colheita é de muito trabalho e movimentação no campo e, por causa da renda e dos empregos gerados pela cafeicultura, o período é um dos mais importantes para os cafeicultores em mais de 460 municípios mineiros.

Por isso, a Emater-MG e as Prefeituras orientam sobre os cuidados que devem ser observados para a colheita de café com o objetivo de preservar a saúde dos produtores e dos trabalhadores rurais, atentando a recomendações como a higienização constante das mãos, a manutenção de distância entre as pessoas e o uso de máscaras.

ADOÇÃO DE CUIDADOS ESPECIAIS

Durante o período de colheita, a adoção de alguns cuidados é essencial para evitar a disseminação de COVID-19. No transporte coletivo dos trabalhadores, por exemplo, a cartilha recomenda: limpar bem o veículo; disponibilizar álcool em gel 70% para higienização das mãos; as janelas devem ser mantidas abertas; deve ser respeitada a distância mínima de 2 metros entre os passageiros; e todos devem usar máscaras.



DIVULGAÇÃO

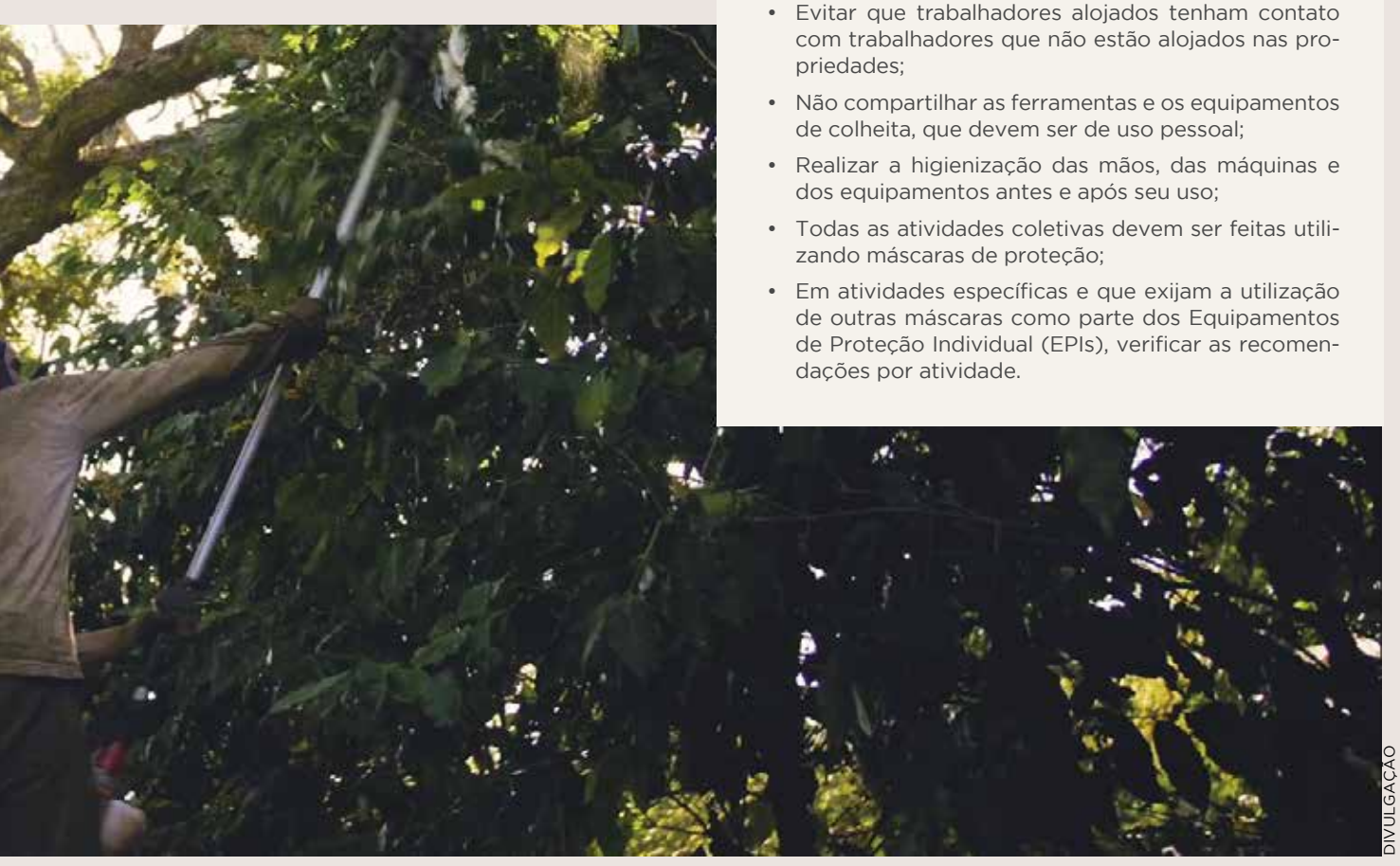


Nas propriedades que possuem alojamentos para os trabalhadores, a cartilha orienta que o ambiente deve ser bem ventilado, higienizado constantemente e ter disponibilidade de chuveiros e torneiras, além de água, sabão e álcool em gel 70% para a higiene. É preciso, também, manter o distanciamento de 2 metros entre as camas, o uso de máscaras e o não compartilhamento de armários, toalhas, roupas de cama e materiais de higiene.

Já as propriedades que fornecem refeições devem servi-las em marmitas individuais, com talheres e copos descartáveis. Também deve-se evitar a aglomeração de pessoas no refeitório e definir horários de alimentação para grupos pequenos. ■

PREVENÇÃO GERAL NO CAMPO

- Racionar a mão de obra a ser utilizada em cada etapa, reduzindo o número de pessoas envolvidas, evitando aglomerações;
- Separar as lavouras em talhões, iniciar a colheita naqueles em que os frutos amadurecem mais cedo e continuar de acordo com a maturação da lavoura;
- Priorizar a contratação de mão de obra local, evitando a importação de casos de COVID-19 de outras localidades;
- Receber na propriedade apenas pessoas que são realmente necessárias para o trabalho, respeitando todas as normas de prevenção à COVID-19;
- Revisar e limpar com antecedência os lavadores, os descascadores, os secadores e as máquinas de beneficiamento de café, além de outros equipamentos utilizados;
- Estabelecer horários diferentes para o início das atividades;
- Separar os colhedores por talhões ou carreiras – na derriça do café, programar para que cada fileira seja colhida pela(s) mesma(s) pessoa(s), mantendo a distância mínima de 2 metros entre os trabalhadores, separando-os preferencialmente por grupos de família ou grupos com convívio próximo;
- Evitar que trabalhadores alojados tenham contato com trabalhadores que não estão alojados nas propriedades;
- Não compartilhar as ferramentas e os equipamentos de colheita, que devem ser de uso pessoal;
- Realizar a higienização das mãos, das máquinas e dos equipamentos antes e após seu uso;
- Todas as atividades coletivas devem ser feitas utilizando máscaras de proteção;
- Em atividades específicas e que exijam a utilização de outras máscaras como parte dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), verificar as recomendações por atividade.



DIVULGAÇÃO

SHUTTERSTOCK



EXPORTADORES DE CAFÉ ESTÃO PREPARADOS PARA UMA NOVA AGENDA INTERNACIONAL

Cecafé
Conselho dos Exportadores de Café do Brasil



MARCOS MATOS
Diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ)

Os desafios para enfrentar a pandemia de COVID-19, as mudanças climáticas e as repercussões dos marcos regulatórios da União Europeia impõem novas estratégias para as lideranças no cenário político internacional.

Na busca pela segurança alimentar do mundo, temas relacionados a saúde, sanidade, sustentabilidade e geopolítica tendem a prevalecer nos acordos multilaterais, com reflexo na crescente demanda global pelos produtos do agronegócio brasileiro.

O CECAFÉ está atento a essa realidade e estrutura o seu Planejamento Estratégico (PE) 2021-2024 com o objetivo de refletir a modernização técnico-institucional diante dos novos cenários e desafios que se apresentam.

FOCO EM GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL

Não recente, mas potencializado durante a pandemia, o sistema de governança socioambiental (*environmental, social and governance* – ESG) populariza-se em nível mundial, enquanto governos e empresas buscam antecipar o comportamento dos consumidores de alimentos e bebidas nos próximos anos.

A maioria dos empresários entrevistados pelas pesquisas globais da Euromonitor International e do grupo financeiro UBS, por exemplo, aponta que, no pós-pandemia, as questões sobre sustentabilidade aumentarão e as iniciativas para a chamada agenda verde serão fundamentais ao sucesso dos negócios.

Além disso, os estudos também sinalizaram que: (i) há uma grande intenção de não se adquirir marcas descomprometidas com critérios ESG; (ii) existe uma predisposição de se pagar um prêmio superior a produtos com selos verdes; e (iii) as emissões de gases do efeito estufa (GEE) já estão entre as quatro principais preocupações dos consumidores.

Diante desse contexto, o CECAFÉ definiu como um dos seus pilares de atuação "Sustentabilidade, Responsabilidade Social e Segurança Alimentar". O plano é desenvolver ações concretas que fomentem a renda e a sustentabilidade socioambiental no campo. Com isso, se buscará aproximar ainda mais a cafeicultura brasileira das oportunidades do mercado ESG, do campo a armazéns de torrefadores, em mais de 120 países importadores do produto nacional.

O foco volta-se, também, ao fortalecimento dos tradicionais programas:

- Criança do Café na Escola, que já estruturou 137 laboratórios digitais, com 1.370 computadores, para 40 mil crianças em 95 municípios, de sete estados cafeeiros do Brasil;

- Produtor Informado, com inclusão digital e fomento de boas práticas agrícolas, envolvendo, até hoje, 6.710 produtores de quatro estados; e

- Café Seguro, que já ajudou a conscientizar e orientar cerca de 10 mil cafeicultores sobre o uso correto de defensivos agrícolas e a garantir cafés que atendam as exigências internacionais.

MODERNIZAÇÃO NECESSÁRIA NOS PROCESSOS DE EXPORTAÇÃO

Entre os muitos processos acelerados pela pandemia de COVID-19, destacam-se os ingressos de inovações tecnológicas. Nesse contexto, o CECAFÉ otimizou as suas áreas de Tecnologia da Informação (TI) e Inteligência de Mercado, visando acelerar a redução da burocracia e ampliar a transparência nos processos de exportação. A primeira ação nesse sentido foi a proposta do seu Conselho Deliberativo de modernizar o regulamento referente à emissão dos certificados de origem requeridos nos embarques, a qual foi aprovada pelo Conselho da Organização Internacional do Café (OIC).

A existência de diversos modelos avançados de gestão tecnológica de documentos envolve assinaturas eletrônicas, certificações digitais, armazenamento virtual dos dados e harmonização de datas de exportação. Diante disso, a sugestão do Brasil, estruturada pelo CECAFÉ, foi de alinhar-se às recentes mudanças feitas no País, com a implantação do programa Portal Único de Comércio Exterior. Tudo isso deu-se consoante as propostas do Acordo de Facilitação de Comércio (AFC), firmado em conjunto pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pela Organização Mundial das Aduanas (OMA).

A execução do PE permite a reestruturação do pilar jurídico, ampliando a atuação na defesa dos interesses dos exportadores na atual reforma tributária, prioritária para o setor. O Comitê Jurídico-Tributário e a assessoria contratada pelo CECAFÉ atuam junto ao Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para que os novos modelos tributários não aumentem a carga de impostos e, ao mesmo tempo, propiciem mais competitividade ao setor.

REDUÇÃO DE CUSTOS E BUROCRACIAS NOS EMBARQUES

Já no Comitê Logístico-Portuário e de Comércio Exterior, juntamente à assessoria contratada para a área, o trabalho foca-se em coibir os custos portuários abusivos e indevidos e as atuais burocracias que impactam negativamente as exportações brasileiras de café.

Nesse sentido, a entidade apresentou e solicitou apoio à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para as propostas de sanar: o quadro de falta de transparência no valor do ressarcimento da Taxa de Movimentação no Terminal (Terminal Handling Charge – THC); as cobranças abusivas pela gestão de contêineres da Taxa de Logística de Exportação (Export Logistic Fee – ELF); e a taxa de emissão de conhecimento de embarque (Bill of Lading – B/L Fee).

Investindo em comunicação, o PE do CECAFÉ pretende divulgar as iniciativas supracitadas e, principalmente, a produção brasileira de café, com base em sustentabilidade, respeito socioambiental e segurança alimentar.

Como a intenção é otimizar a imagem sustentável do produto em todo o mundo, parcerias foram desenvolvidas com Embaixadas do Brasil nos países consumidores e entidades nacionais e globais de classe. Essas iniciativas contribuirão para ampliar a visibilidade da realidade da nossa cadeia produtiva.

Com a implementação do PE, o CECAFÉ concretiza a sua missão e a sua visão de: (i) voltar-se à defesa e à promoção dos interesses do setor exportador de forma íntegra e profissional, com reconhecimento, liderança, competitividade e sustentabilidade; e (ii) estruturar-se como uma instituição moderna e de referência global para promover iniciativas estratégicas de defesa e a valorização dos exportadores e dos cafés do Brasil. ■



ALFERREIRAFOTO

INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA NA ECONOMIA CIRCULAR DO SISTEMA CAMPO LIMPO

A PANDEMIA do novo coronavírus evidenciou ainda mais um tema que já vinha ganhando importância nos últimos anos: a necessidade da adoção de um novo ciclo de vida para os produtos. A crise sanitária global de COVID-19 teve enormes reflexos na economia também, e diversos segmentos enfatizaram a importância de buscar soluções concretas de reutilização de embalagens ao ficarem sem matéria-prima para a fabricação de novos recipientes. Mais do que nunca, é preciso reduzir a extração de recursos da natureza e a geração de resíduos para fazer frente às crescentes demandas do Planeta.

Quando se fala da necessidade de reciclar e dar um novo uso aos produtos que já estão circulando, tem-se em mente preservar o Planeta de problemas presentes e futuros. Para se ter uma ideia, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 8 milhões de toneladas de lixo plástico entrem por ano nos oceanos, que de 60% a 80% do lixo nos oceanos seja plástico e que possa haver mais plástico do que peixes no mar até 2050. Há, ainda, a estimativa de que 104 milhões de toneladas de plástico sejam despejados no ecossistema até 2030 caso não haja mudanças concretas em relação à utilização dos materiais, conforme aponta um estudo do World Wildlife Fund for Nature (WWF).

No Brasil, a situação requer uma atenção redobrada, pois apenas 1,3% do lixo plástico é reciclado. Infelizmente, o País ocupa uma colocação nada animadora no *ranking* global do Banco Mundial de produtores de lixo plástico no mundo, com 11,3 milhões de toneladas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Índia. Porém, há exemplos que demonstram que é possível reverter esse quadro.

REFERÊNCIA MUNDIAL EM ECONOMIA CIRCULAR E LOGÍSTICA REVERSA

Desde 2002, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) busca a construção de um mundo mais sustentável. Por meio do Sistema Campo Limpo – programa brasileiro de logística reversa de embalagens vazias e sobras pós-consumo de defensivos agrícolas –, já foram retiradas do meio ambiente mais de 646,5 mil toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas até o momento. Isso significa que 94% das embalagens plásticas primárias comercializadas no Brasil são encaminhadas para a reciclagem ou a incineração pelo programa, que abrange todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. De cada cem recipientes recebidos pelo Sistema, 94 são reciclados.

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Esse processo de se preocupar com todo o ciclo de vida de bens e produtos depende de uma responsabilidade compartilhada. A Lei nº 9.974/00 e o seu respectivo Decreto-Lei nº 9.974/02 estabelecem essa divisão de tarefas e definem o papel de cada elo da cadeia.

Aos agricultores, cabe lavar no momento do uso, inutilizar e armazenar temporariamente o material, tudo de acordo com as orientações técnicas recebidas. Após esse processo, as embalagens são devolvidas aos locais indicados nas notas fiscais de venda no prazo de até um ano.

As cooperativas e os canais de distribuição recebem o material e ficam responsáveis por informar ao produtor rural o local de entrega das embalagens vazias e por disponibilizar e gerenciar o local de armazenamento temporário. Já as indústrias, representadas pelo inpEV, realizam a destinação ambientalmente correta das embalagens vazias e das sobras pós-consumo para a reciclagem ou a incineração.

O poder público entra como um ente fiscalizador do cumprimento das atribuições legais de todos os agentes envolvidos no processo e da concessão de licença às unidades de recebimento.

A legislação, de forma muito inteligente, atribui, ainda, aos atores da cadeia (canais de distribuição, indústria e poder público) o papel de agentes educadores, com a missão de conscientizar os produtores rurais quanto à importância de



ALFERREIRAFOTO

seguir os procedimentos corretos para garantir o destino adequado desse material. O inpEV, responsável pela logística reversa das embalagens, realiza sua destinação ambientalmente correta por meio de uma parceria com empresas recicladoras e incineradoras.

EM BUSCA DA EXCELÊNCIA

Desde 2019, um novo ator faz parte dessa cadeia de eficiência logística: a Associação Brasileira de Automação (GS1 Brasil), uma organização multissetorial sem fins lucrativos que representa nacionalmente a GS1 Global, responsável pelo padrão global de identificação de produtos e serviços, como o código de barras e a radiofrequência na cadeia de suprimentos.

A ideia de unir esforços para um projeto de automação do processo de rastreabilidade surgiu em outubro de 2019, durante conversas do inpEV e da GS1 Brasil, a fim de melhorar a gestão tecnológica do Sistema por meio dos padrões GS1.

Os objetivos firmados entre as organizações foram aumentar a eficiência já comprovada do Sistema Campo Limpo e ampliar os resultados positivos para a sociedade, com a solução dos seguintes desafios:

- Definição da estrutura e das responsabilidades no processo de rastreabilidade, a saber, identificar a localização das embalagens vazias de defensivos agrícolas dentro do fluxo do Sistema Campo Limpo nas unidades de recebimento e recicladoras;
- Monitoramento do sistema de rastreabilidade;
- Avaliação dos potenciais ganhos de produtividade;
- Aprimoramento dos processos de controle no inventário;
- Eliminação dos erros manuais.



ALFERREIRAFOTO

METODOLOGIA GLOBAL DE RASTREABILIDADE GS1

O projeto começou com o diagnóstico de rastreabilidade, com a aplicação do Global Traceability Conformance (GTC – Padrão Global de Rastreabilidade), fase primordial para mapear todos os processos, na central de recebimento de Araraquara e na recicladora Campo Limpo, em Taubaté, ambas no estado de São Paulo.

Essa etapa, conhecida como "AS IS", acompanhou desde o recebimento das embalagens vazias, passando pela reciclagem, até a destinação do produto acabado à comercialização. Ao todo, cada unidade contou com a verificação de oitenta pontos de controle.

Os resultados dessas apurações permitiram realizar o diagnóstico de processos para apontar as recomendações necessárias em cada unidade. Assim, a GS1 Brasil pode sugerir uma série de orientações de aplicação dos padrões globais GS1, de forma a atender os objetivos e os desafios do projeto. Todas as instruções foram consolidadas em um relatório detalhado, conhecido também como "TO BE".

A partir daí, a GS1 Brasil elaborou um mapa de soluções composto de orientações sobre *hardware* e *software* para automação e integração entre sistemas e processos, em conformidade

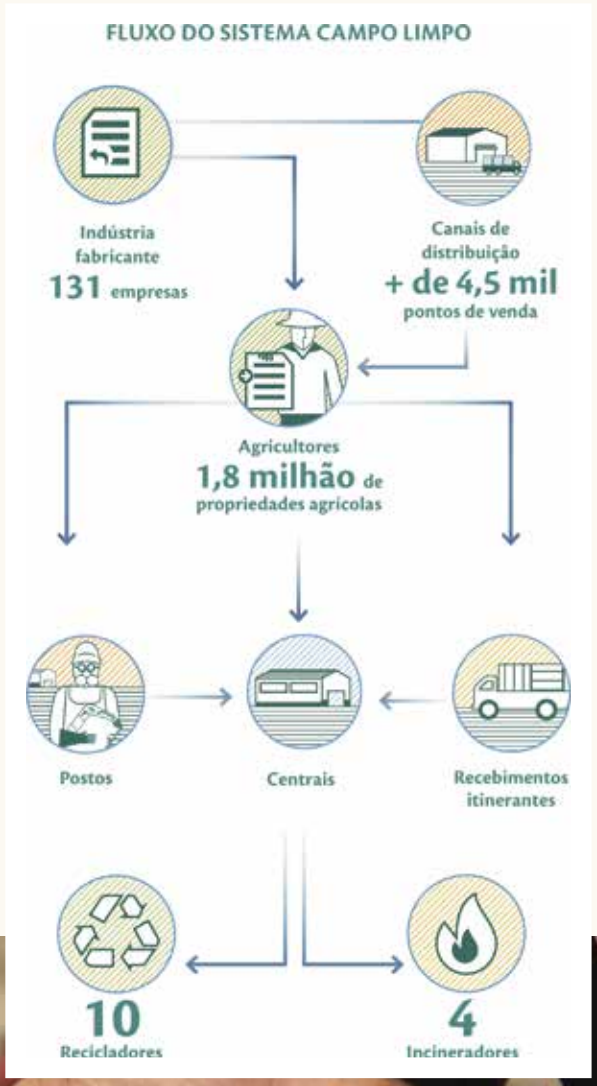
com os padrões GS1. Com base nas recomendações, o guia de implementação dos padrões da GS1 buscou auxiliar nas mudanças e na interpretação dos sistemas de automação, com detalhes customizados sobre as identificações a ser aplicadas em cada etapa do processo, bem como sobre as soluções de automação envolvidas.

A prova do conceito foi realizada no primeiro trimestre deste ano, por meio da realização de um processo-piloto completo em duas centrais de recebimento do inpEV.

Todas essas etapas do projeto tornaram possível monitorar o sistema, gerar ganhos de produtividade, aprimorar os processos de controle no inventário e eliminar erros comuns em processos manuais. Com isso, permitiu-se definir a estrutura e as responsabilidades no processo de rastreabilidade, a saber, identificar a localização das embalagens vazias de defensivos agrícolas dentro do fluxo do Sistema Campo Limpo nas unidades de recebimento e recicladoras.

Mesmo diante da pandemia, em menos de um ano, definiram-se a tecnologia, os protocolos, o modelo de rastreabilidade, a logística e o método de compartilhamento de informações.

O próximo passo, após o término do processo-piloto, será a expansão do projeto para 25 outras centrais de recebimento, prevista já para o segundo semestre deste ano.





AL FERREIRA FOTO

GANHOS E BENEFÍCIOS DA INOVAÇÃO EM ECONOMIA CIRCULAR

- **Processo escalável:** com a implementação do Padrão Global de Rastreabilidade da GS1, o Sistema Campo Limpo passará a ter todas as centrais de recebimento e recicladoras no País padronizadas, com um gerenciamento online que proporcionará excelência em todo o processo de inventário. Com a definição da estrutura e das responsabilidades do processo, ganha-se agilidade e tempo, sendo o processo perfeitamente escalável para novas centrais.

- **Automação:** com a eficiência na automação de alta tecnologia no processo de recebimento e reciclagem, o Sistema Campo Limpo passa a ter um processo monitorado e seguro, tornando-se um *case* de sucesso global do agronegócio ao contar com o que há de mais moderno em rastreabilidade dos padrões GS1.

- **Estratégia:** com a tecnologia orientada a dados com 100% de confiabilidade, todas as informações são consolidadas em tempo real, agilizando as tomadas de decisão no Sistema Campo Limpo, o que envolve desde a formação da ordem de coleta até a sua destinação ambientalmente correta.



ALFERREIRAFOTO



ALFERREIRAFOTO


ALFERREIRAFOTO

- **Pessoas e recursos:** com a eliminação do processo manual e do trabalho operacional, sujeitos a erros, os times do Sistema Campo Limpo passam, agora, a dedicar ainda mais tempo a atividades estratégicas.

- **Sustentabilidade:** as melhores práticas no manejo e no destino das embalagens de defensivos agrícolas protegem o meio ambiente e os trabalhadores das consequências do descarte. Além disso, a aplicação correta do descarte atende a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010, e a Lei nº 9.974/00.

- **Rastreabilidade no Sistema Campo Limpo:** o pioneirismo do projeto em aplicar os padrões GS1 promove a rastreabilidade de todas as embalagens na cadeia desse setor, o que vai aumentar a eficiência já comprovada do Sistema e ampliar os resultados positivos para a sociedade.

- **Impacto sobre a sociedade:** além dos benefícios a quem manuseia as embalagens e a todo o setor do agronegócio, o projeto causa um impacto sobre toda a sociedade ao promover a economia circular. Esse projeto também poderá estender-se a qualquer outro setor da economia.

"Um dos temas estratégicos em que atuamos na vertical de sustentabilidade é a economia circular. A aplicação dos padrões globais GS1, da automação e de um processo eficiente de rastreabilidade traz ganhos extremamente relevantes para atender os enormes desafios logísticos em toda a complexa cadeia de valor de qualquer iniciativa de economia circular", destaca a CEO da GS1 Brasil, Virginia Villaescusa Vaamonde.

Segundo a executiva, o projeto com o inpEV é um grande exemplo de inovação no aspecto ambiental e em termos globais para a GS1. "Nele, identificamos e rastreamos, de forma automatizada, embalagens vazias de defensivos agrícolas", declara Vaamonde.

"Promover a economia circular e a logística reversa é um dever de todos nós, ou seja, trata-se de organizações sem fins lucrativos, empresas, poder público e sociedade engajados em proteger e melhorar a vida de todos", ressalta a CEO da GS1 Brasil.

"Com a *expertise* da GS1 em rastreabilidade e automação, atingimos o estado da arte nesse projeto, servindo como exemplo das melhores práticas de manejo e destino das embalagens de defensivos agrícolas no mundo, protegendo o meio ambiente e as pessoas, em linha com a PNRS", explica o diretor-presidente do inpEV, João Cesar M. Rando. Para o executivo, além disso, há a pretensão de que essa tecnologia possa ser replicada em outros segmentos do mercado, o que reforça o potencial de escalabilidade global da iniciativa, em substituição aos antigos conceitos de economia linear, estabelecendo fluxos circulares de renovação. ■

REUNIÃO DO COSAG

DIRETRIZES DO PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO (PAP) DA SAFRA 2021/22

A reunião do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) foi realizada em 3 de maio último, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

ABERTURA



JACYR COSTA FILHO
Presidente do Cosag/Fiesp

Contamos com a presença e a disposição gentil da ministra Tereza Cristina, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que, mais uma vez, prestigia essa reunião do Cosag e que já participou tanto nas formas presenciais, como por *lives*. É uma honra desfrutar da sua presença, tendo em vista o que faz e representa para o agronegócio, seja no Brasil, seja no exterior. Infelizmente, a pandemia impede essa peregrinação ao redor do mundo para abrir e conquistar mercados. Gostaríamos de aproveitar para cumprimentar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) pelo seu 48º aniversário, com os breves comentários do seu presidente, Celso Luiz Moretti.

COMEMORAÇÃO DOS 48 ANOS DA EMBRAPA



CELSO LUIZ MORETTI
Presidente da Embrapa

Comemoramos esse aniversário de uma trajetória exitosa com a divulgação do 7º Plano Diretor da Embrapa. Construído a uma centena de mãos, o documento aponta os caminhos até 2030, obviamente conectados ao agro brasileiro. Estabelecemos onze objetivos estratégicos e 29 metas quantificáveis. Citaremos duas metas até 2025: dobrar o número de usuários das nossas plataformas digitais e aumentar em 10 milhões de hectares os sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF).

Há 24 anos, avaliamos o balanço social da empresa. Retornamos R$ 17,00 para a sociedade de cada R$ 1,00 colocado internamente. Analisamos o impacto dos produtos e dos serviços de 152 tecnologias e 220 cultivares desenvolvidas pela Embrapa ao produtor. Somos uma empresa pública, dependente da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com lucro gerado de R$ 61 bilhões em 2020. Para se ter uma ideia, cerca de 70% do feijão-carioquinha plantado no Brasil utiliza o nosso material.

Fizemos uma série de lançamentos para comemorar esse aniversário. Para o algodão, foi a semente transgênica BRS 500, resistente à mancha de ramulária e ao nematoide-das-galhas. O produto estará à disposição dos produtores na safra 2021/22 adaptado às condições dos cerrados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo. Já na soja, temos a variedade convencional BRS 539, com resistência à ferrugem asiática e tolerância ao complexo de percevejos, com países interessados na sua importação.

Desenvolvemos a plataforma aquaPLUS®, para manejo e apoio ao melhoramento genético de várias espécies aquícolas, como tambaqui, truta, tilápia e pirapitinga, entre outras. Como bioinsumo, temos o produto chamado Auras, uma bactéria encontrada nas raízes do mandacaru (planta da Caatinga) que aumenta a resistência dos cereais à seca durante as épocas de estiagem. Na sanitização da polpa do açaí, um novo processo evita a sua contaminação pelo *Trypanosoma cruzi*, agente causal da doença de Chagas. Por último, temos a nanoemulsão da película de cera da carnaúba, para evitar a perda d'água e aumentar a vida de prateleira das frutas e das hortaliças.

AVANÇOS E FUTUROS NA POLÍTICA AGRÍCOLA



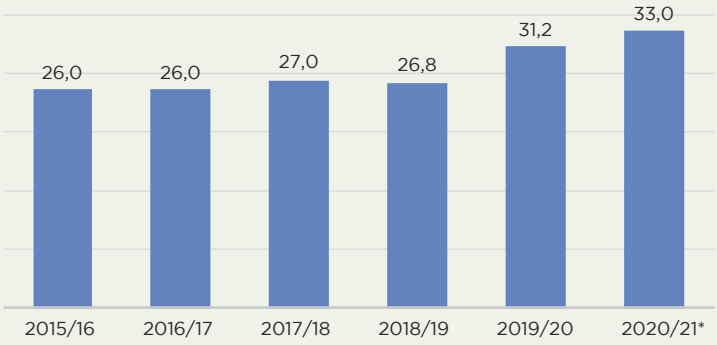
TEREZA CRISTINA
Ministra do MAPA

Nessas duas últimas safras, com grandes dificuldades, aumentamos os recursos para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), com negociações apertadas da STN e do Banco Central do Brasil (BCB). Lembramos que o MAPA incorporou e teve de assumir o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Diante dessa mudança, buscamos priorizar e garantir os recursos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujas taxas de juros são menores.

O orçamento do PAP corresponde a apenas um terço da demanda para bancar o tamanho da nossa produção. Diante disso, procuramos diversificar as fontes de financiamento e fortalecer os programas prioritários para investimento. Nesse processo, enquanto assistimos a uma redução da participação dos agentes financeiros públicos e privados no crédito rural tradicional, o sistema cooperativista passou a ganhar espaço.

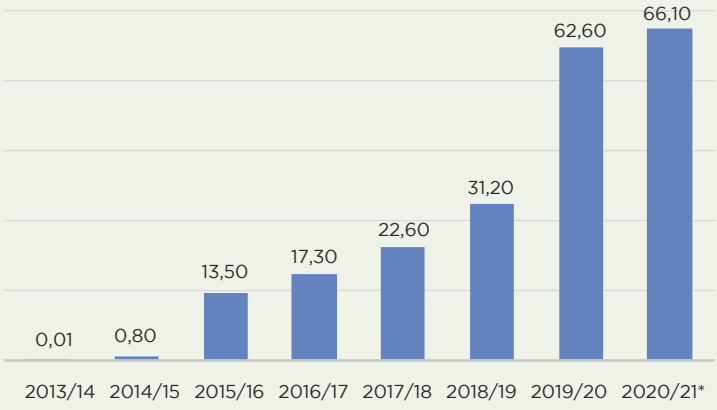
O sistema nacional de crédito rural passou por uma ampla reforma, introduzida com a Medida Provisória (MP) nº 897, chamada de MP do Agro, de outubro de 2019, que se transformou na Lei nº 13.986, a Nova Lei do Agro, em abril de 2020. Isso trouxe uma série de vantagens e oportunidades para atrair outras fontes de recursos do mercado de capitais para o agro. Assim, novas ferramentas têm sido introduzidas, enquanto cresce a utilização das fontes oriundas das aplicações dos investidores nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs).

RECURSOS APLICADOS NO PRONAF
(R$ BILHÕES)



*Estimativa
Fonte: Sicor/BCB

CONTRATAÇÕES COM LCA
(R$ BILHÕES)



*Estimativa
Fonte: Sicor/BCB

PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS NO CRÉDITO RURAL TRADICIONAL
(%)

SAFRA	Públicos	Privados	Cooperativas	Desenvolvimento
2013/14	58,3	30,6	9,5	1,6
2014/15	56,7	30,5	10,7	2,1
2015/16	60,3	27,3	10,6	1,8
2016/17	53,0	32,6	13,4	1,0
2017/18	56,5	27,4	14,8	1,2
2018/19	54,6	26,8	17,3	1,3
2019/20	54,3	26,0	18,2	1,5
2020/21*	51,5	27,4	19,6	1,4

*Estimativa
Fonte: Sicor/BCB

LINHA DE PRIORIDADES E ESTRATÉGIAS

Para a safra 2021/22, existem algumas preocupações pendentes. A demanda por proteína está aquecida tanto no mercado interno, como no externo. Isso impõe a necessidade de aumentar a produção de milho, sorgo e cereais de inverno para fabricação de ração voltada à alimentação da produção de carnes, leites e ovos. O Conselho Monetário Nacional (CMN) já tomou a decisão de ampliar os limites de crédito para o custeio dessas culturas, e mais recursos foram disponibilizados para as pequenas e as médias cooperativas formarem seus estoques de comercialização.

Queremos, também, ampliar os recursos para o financiamento da instalação da irrigação e aumentamos de R$ 400 milhões para R$ 1 bilhão os recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). No Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PAC), alocamos R$ 2,23 bilhões, com uma taxa de juros de 5% ao ano para unidades de 6 mil toneladas e 6% para as unidades maiores. Há uma redução nas subvenções do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), mas o setor bancário oferece crédito e faz as vendas de máquinas continuarem firmes. Com dez anos de existência, o Plano da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) mostrou que veio para ficar e será cada vez mais solicitado, dadas as exigências do mundo com relação às mudanças climáticas.

Aumentar a participação do financiamento privado faz parte do nosso esforço. Sendo o motor da economia nacional, todos entendem a importância de inserir recursos no agronegócio. Vivemos e seguimos com o problema grave da pandemia, mas o agro não parou. Continuamos a bater safras recorde, garantimos abastecimento com segurança alimentar e mantemos fortes as exportações.

PROBLEMAS NO CURTO PRAZO

Defrontamo-nos com problemas no curto prazo. Na política fiscal, temos as dificuldades orçamentárias agravadas com a pandemia, enquanto a política monetária sobe a taxa de juros da Selic. Pressionados com poucos recursos, teremos de ser criativos. O cenário é de preços elevados nas *commodities* agrícolas e compras antecipadas de insumos pelos produtores. Esse quadro faz o setor continuar a produzir mais.

As nossas prioridades ficam por conta de direcionar o crédito rural para pequenos e médios produtores e, enquanto isso, criamos mecanismos privados de financiamento. Precisamos aumentar a participação dos recursos livres no crédito agropecuário, com operações condicionadas à adoção de tecnologias e práticas sustentáveis, alinhadas ao conceito de ESG (sigla para *environmental, social and governance*). No seguro rural, a expansão segue firme como estratégia de prioridade.

Com a expectativa de ser uma ferramenta definitiva, temos o sucesso da operação-piloto do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) garantida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a qual pode ser atrelada à variação cambial, à taxa de juros e a outras flexibilizações. Existem exemplos de operações viáveis feitas no exterior, em dólares e classificadas como verdes. Já a emissão eletrônica da Cédula de Produto Rural (CPR) trouxe segurança jurídica e rapidez. Esses mecanismos ampliam as fontes de crédito acessíveis para o produtor e mostram o mercado de capitais com potencial enorme para a agricultura sustentável brasileira.

O Congresso Nacional (CN) avalia os vetos presidenciais dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), criados pela Lei nº 14.130/21. Olhamos com boa expectativa para o futuro desse



instrumento. Ele será uma oportunidade para o investidor urbano ter acesso ao agronegócio como uma alternativa de investimento quando ponderados o risco e o retorno proporcionado pelo setor.

PILARES DE SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Para fortalecer os pilares da sustentabilidade na produção agropecuária brasileira, a implementação do Código Florestal será vital. A validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e as ações do Programa de Regularização Ambiental (PRA) são dois passos vitais para isso. O MAPA acaba de oferecer a Análise Dinamizada do Cadastro Ambiental Rural (AnalisaCAR), uma ferramenta digital para os estados fazerem a verificação de forma mais célere das propriedades rurais com Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP). Ganharemos tempo e teremos uma fotografia e um diagnóstico do campo brasileiro. Os casos com problemas terão de passar por visita e análises posteriores.

Os aumentos de produção e produtividade a partir de modernas tecnologias e práticas sustentáveis no campo devem impulsionar o mercado de títulos verdes no Brasil. Junto à Climate Bonds Initiative (CBI), a única certificadora global de títulos verdes, o MAPA lançou, no ano passado, o Plano de Investimento para Agricultura Sustentável, para fornecer maiores entendimento e visibilidade sobre o cenário de oportunidades de investimento verde no agronegócio brasileiro.

Junto à Embrapa e ao BCB, o MAPA, trabalha para ampliar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC). Esperamos terminar o governo com um orçamento de R$ 1,6 bilhão no PSR. De 2018 a 2020, as operações passaram de 63 mil para 193 mil apólices, a área coberta de 4,7 milhões para 13,7 milhões de hectares e o valor segurado de R$ 12,0 bilhões para R$ 54,7 bilhões.

Nas sanidades animal e vegetal, recebemos um financiamento de US$ 200 milhões para trabalhar os programas de defesa do MAPA, com contratação de auditores fiscais e



SHUTTERSTOCK

médicos-veterinários, e rever o regulamento de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal. Mandamos para o CN a Lei do Autocontrole, que desregulamenta muito e dá ao empresário o protocolo para garantir a qualidade do seu produto. Para fechar, temos o reconhecimento da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de livres da febre aftosa sem vacinação os estados do Pará, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Rondônia.

Com relação à regularização fundiária, o assunto é importante na região Norte. Há dois Projetos de Lei (PLs) no CN com propostas para verificação eletrônica por cruzamentos de bancos de dados e conformidades da documentação para emissão dos títulos de propriedade. Precisa-se definir o tamanho das propriedades. Outro assunto é o Plano Nacional de Fertilizantes, um esforço do governo federal para aumentar a competitividade interna desse insumo, do qual importamos 80% do que consumimos. O Programa Nacional de Bioinsumos do MAPA, por exemplo, visa aproveitar o potencial da nossa biodiversidade brasileira para aumentar a oferta de matéria-prima ao setor.

Existem oportunidades para o Brasil crescer as suas exportações para a Ásia. Em quatro anos, na China, mais de 200 milhões de famílias terão uma renda média anual superior a US$ 35 mil. Isso representa uma demanda maior por alimentos. Mas vários países desse continente crescerão de forma acelerada. Bem posicionado no mundo para atender essas demandas, o Brasil precisa que a sua produção e a sua participação aumentem, fazendo com que haja mais carnes nos mercados. Na África, diversos países deverão se tornar grandes produtores, enquanto a Rússia consegue autossuficiência de carne bovina, a qual importava do Brasil. Viva as nossas agricultura e pecuária movidas a ciência! Os nossos produtores rurais, com certeza, continuarão fazendo a riqueza deste País.

ENCERRAMENTO



ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

Temos de somar e reconhecer para todo mundo o papel e o trabalho extraordinários dentro do governo da ministra Tereza Cristina, à frente do MAPA. Ela mostrou um desempenho realmente invejável diante das dificuldades surgidas durante a pandemia. Os dados apresentados mostram o esforço pessoal da ministra e da sua ótima equipe, sempre também muito ativa nos processos de apoio à agricultura.

Apesar de tanta coisa boa ter sido apresentada, sublinhamos três pontos que nos parecem centrais em termos de modernização do agro no Brasil:

- Quanto ao conceito de ESG, quando trata de fortalecer os pilares da sustentabilidade no Brasil, é uma informação muito importante considerar a implementação do Código Florestal, com a validação do CAR, o investimento na ampliação do ZARC e a viabilização do financiamento verde, facilitada pela própria Nova Lei do Agro. Então, consideramos que o Brasil está muito à frente de outros países na abordagem de ESG, graças ao trabalho da ministra e da sua equipe. Queremos parabenizá-la por esse fato. Hoje, as empresas brasileiras e do mundo inteiro fazem uma gestão voltada para essa questão ambiental, social e de governança. O nosso agro não poderia ficar de fora desse movimento.

- Dado que o seguro rural é uma das políticas mais relevantes para a estabilidade de renda em um país agrícola, como é o Brasil, com operações funcionando adequadamente, a sua apresentação realmente deu uma grande ênfase para o PSR. No seu mandato, planeja-se que os recursos para a subvenção ao prêmio cresçam. As modernas formas de avaliação dos resultados mostram a expansão formidável no tamanho da área segurada e na quantidade de apólices realizadas.

- Quanto aos avanços notáveis no tema sensível da sanidade, sobretudo tendo em vista a inserção internacional do Brasil, conseguimos conquistar o *status* de livre de febre aftosa sem vacinação para mais estados e captamos mais financiamentos para contratar auditores fiscais e médicos-veterinários. Isso mostra sinais de avanço e modernização de todo esse processo.

Na verdade, a apresentação da ministra é uma exposição vitoriosa, fruto de um trabalho competente, admirado e respeitado por todos nós. Fazemos da Tereza Cristina o nosso grande general na atividade em defesa do agro brasileiro. Sustentabilidade, seguro e sanidade são três temas muito importantes. É claro que temas como regularização fundiária e oportunidades comerciais na Ásia também são muito caros, mas esses primeiros três são centrais. ■

ANO IMPORTANTE PARA O LANÇAMENTO DO PLANO ABC+



JULIANO SABELLA ACEDO

Diretor vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM)

BASTANTE COMPARÁVEL a 2015 – quando foi assinado o Acordo de Paris, na 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança Climática (COP-15/UNFCCC, nas siglas em inglês) –, este ano será muito influente nos rumos futuros que tomarão as questões ambientais e climáticas no mundo. O Brasil terá a oportunidade de ocupar um vasto espaço nessa agenda desafiadora. O padrão de mercado estará voltado à demanda por produtos e serviços de baixo carbono, de forma alinhada ao sistema de governança ambiental e social (ESG, também em inglês).

Nesse sentido, dispomos do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), que foi aprovado e criado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2011. Desde julho de 2020, sob a liderança da Coordenação-Geral de Mudanças do Clima do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação (CGMC/Depros/MAPA), foram iniciados os trabalhos de montagem do Plano ABC +, para o horizonte de 2030.

Com um amplo envolvimento de técnicos, pesquisadores, consultores e outros parceiros, a ASBRAM considera providencial e oportuna essa mobilização visionária do agro nacional.

RESULTADOS ATENDEM A META PLANEJADA

No ciclo de 2010 a 2020, 52 milhões de hectares no País adotaram as práticas agrícolas de baixa emissão de carbono do Plano ABC, sendo metade dessa área correspondente à recuperação de pastagens degradadas. Ao mitigar a emissão para a atmosfera de 110 milhões de miligramas de CO_2 equivalente, com alcance de 115% da meta planejada, o Plano ABC se tornou uma referência de política pública para o setor agropecuário.

Em termos de custo-benefício social, para cada R$ 1,00 colocado no Plano ABC pelo Governo, o produtor investiu R$ 7,00 com recursos próprios. Essa relação simbiótica serve de exemplo nas negociações internacionais em prol de menor proteção no comércio agrícola e dotação de fundos pela prestação de serviços ambientais. “Conservação e ganhos de produtividade continuarão sendo o mantra para a baixa emissão de carbono pelo agro”, diz a ministra do MAPA, Tereza Cristina.

PASSOS PARA A NEUTRALIDADE CLIMÁTICA

A iniciativa governamental de traçar metas de neutralidade climática traz ganhos econômicos, sejam comerciais ou ambientais, além de uma boa reputação internacional. Como protagonista nas negociações ambientais e climáticas, o Brasil precisa atrair recursos para cumprir a sua missão quanto à segurança alimentar do mundo. E as nossas vantagens competitivas ficarão mais fortes com matriz energética renovável, biodiversidade abundante e engajamento do setor privado.

Para o próximo mês de julho, aguardamos o lançamento e a entrada em consulta pública do Plano ABC+. As metas definidas servirão para promover a adaptação do nosso território às mudanças do clima e a mitigação das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Com uma gestão integrada e moderna da paisagem e uma combinação de eficiência e resiliência dos sistemas produtivos, transmitiremos ao exterior a intenção de manter as florestas em pé. Serão marcos de referência para traçarmos o futuro sustentável da tropical agropecuária brasileira. ■

BAYER ANUNCIA NOVA FASE DA INICIATIVA CARBONO, COM BENEFÍCIOS PARA AGRICULTORES

Além de promover práticas agrícolas sustentáveis, o PRO Carbono pode aumentar a produtividade e a rentabilidade nas lavouras.

A MULTINACIONAL de saúde e nutrição Bayer dará mais um passo rumo à construção de uma agricultura de carbono neutro a partir desta safra (2021/22). Em um trabalho conjunto com produtores rurais e parceiros, a companhia lança o PRO Carbono, um programa que é parte da iniciativa Carbono Bayer e que oferece novas vantagens para os agricultores brasileiros dispostos a ampliarem sua produtividade e aumentarem o sequestro de carbono no solo a partir da adoção de práticas agronômicas sustentáveis.

"A agricultura brasileira já é uma das mais sustentáveis do Planeta, mas há espaço para crescimento", destaca Eduardo Bastos, diretor de Sustentabilidade da divisão agrícola da Bayer para a América Latina. "Quando intensificamos o manejo por meio de práticas agronômicas sustentáveis, ampliamos a possibilidade de extrair o real valor de cada germoplasma, produzindo mais e com mais sustentabilidade", afirma.

Participantes do PRO Carbono deverão implementar práticas de manejo que possibilitem o aumento da retenção de carbono no solo. Em contrapartida, poderão usufruir de benefícios como análise de fertilidade e de carbono do solo, acesso a conteúdos e profissionais que são referência no tema e suporte de uma consultoria técnica.

A iniciativa vai possibilitar, também, ganhos significativos ao longo de três anos, conforme explica Fabio Passos, diretor do Negócio de Carbono da Bayer para a América Latina. "A partir dos projetos e dos estudos científicos que já realizamos, estimamos que, ao final do programa, será possível obter um potencial ganho médio de mais de 10% em produtividade e mais de 6% em rentabilidade, sem contar o aumento do carbono no solo, do aporte de palha e da biodiversidade. Trata-se de um projeto pioneiro, e queremos construir os resultados junto aos agricultores", declara o diretor.

COMO FUNCIONA

Em 2020, foi lançado o projeto inicial da iniciativa Carbono Bayer, que, só no Brasil, contou com mais de quatrocentos produtores, com foco em soja e milho, em quinze estados, ultrapassando 80 mil amostras de solo analisadas. A partir dos avanços e dos aprendizados do primeiro ano, o programa entra, agora, em um novo momento, que contemplará um número ainda maior de agricultores.

Assim como ocorreu na primeira fase, os produtores do PRO Carbono precisam atender pré-requisitos de conformidade social e ambiental – entre eles, respeitar o Código Florestal e as áreas de preservação e não estar em áreas indígenas ou quilombolas. Também é necessário ser usuário ou aderir ao plano Plus da plataforma de agricultura digital Climate FieldView™, que é fundamental para a coleta, a análise e a rastreabilidade dos dados e que pode ser obtida gratuitamente por clientes com três ou mais estrelas no programa de relacionamento Impulso Bayer.

Os agricultores selecionarão um talhão de mais de 30 hectares para participar do programa durante três anos. Um serviço de consultoria dará o apoio necessário para que cada participante adote um rol de práticas de manejo sustentáveis – como plantio direto, cultivo de cobertura e/ou rotação de cultura – e de impulsionadores de produtividade e carbono – como otimização do uso de fertilizantes, adoção de biotecnologia, soluções de proteção de cultivos e ajustes de densidade no plantio. ■

MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 NAS RELAÇÕES DE TRABALHO



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

VISANDO GARANTIR a preservação de empregos e a continuidade das atividades empresariais e, assim, atenuando o impacto econômico das medidas de isolamento, o governo federal reeditou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, por meio da Medida Provisória (MP) nº 1.045, publicada em 28 de abril último.

Entre os principais pontos, destacam-se a possibilidade de suspensão temporária de contratos de trabalho e a redução proporcional de jornadas e salários. Com prazo de 120 dias, a adesão ao Programa poderá ser feita por meio de convenção, acordo coletivo ou acordo individual entre empregador e empregado.

Na hipótese de pactuação por acordo individual, a redução da jornada e do salário é autorizada nos percentuais de 25%, 50% ou 70%. No caso de convenção ou acordo coletivo, os percentuais podem ser diversos.

Além disso, o empregado que tiver o contrato suspenso ou a jornada e o salário reduzidos não poderá ser demitido pelo período em que durar o acordo, ressalvados os casos de justa causa.

Pela perda de renda do trabalhador, o Governo arcará com uma compensação que será calculada de forma proporcional à redução de salário e ao seguro-desemprego a que o empregado teria direito caso fosse demitido. Em se tratando da suspensão temporária, o Governo pagará 100% do valor do seguro-desemprego, exceto para médias e grandes empresas, nas quais 30% deverão ser pagos pelo empregador.

Ademais, caso seja descaracterizada a suspensão por continuidade no trabalho, o empregador pagará de imediato a remuneração e os encargos sociais referentes a todo o período, bem como às penalidades previstas na legislação.

Já a MP nº 1.046/21 dispõe sobre mudanças temporárias na esfera trabalhista, destacando-se as regras aplicáveis a **teletrabalho, antecipação de férias individuais, banco de horas e diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**.

Com isso, autoriza-se a alteração do regime de trabalho, bastando notificar o empregado com antecedência de 48 horas. No mesmo prazo, o empregador poderá notificar o empregado sobre a antecipação das suas férias, que poderão ser concedidas ainda que o período aquisitivo a elas relativo não tenha transcorrido, com antecedência de cinco dias, podendo-se prorrogar, também, o pagamento do adicional de um terço do salário relativo às férias até a data da gratificação natalina.

Em se tratando do banco de horas, criou-se um regime especial de compensação, no intuito de ampliar o período para o ajuste de horas trabalhadas. Assim, o regime de compensação pode ser estabelecido por meio de um acordo individual ou coletivo escrito, com prazo para compensação de até dezoito meses.

Com relação ao FGTS, há suspensão da exigibilidade dos recolhimentos pelo empregador referentes às competências de abril, maio, junho e julho deste ano, podendo ser feitos de forma parcelada, em até quatro vezes, sem incidência de qualquer encargo, com vencimento a partir de setembro. Ressalta-se que as informações devem ser declaradas até 20 de agosto próximo pela empresa, sob o risco de os referidos recolhimentos serem considerados em atraso.

A FAESP acredita que a adoção dessas MPs voltadas à geração de renda propicia uma maior flexibilidade para o empregador gerir as relações de trabalho, preservando empregos, trazendo maior segurança jurídica ao mercado e, como consequência, impulsionando a tão almejada retomada da nossa economia brasileira. ■



DIÁRIO DE BORDO
MARACANÃ

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

FATO CONHECIDO na agropecuária brasileira é que o Cerrado, com os seus 204 milhões de hectares, será o Maracanã do setor, onde será jogada a partida final da Copa do Mundo da Alimentação, que o Brasil conquistará quando chegar a hora.

Mas não foi sempre assim. Pelo contrário: até meados do século XX – ontem mesmo –, o Cerrado era considerado um território inadequado para atividades agropecuárias, por ser constituído de solos pobres em nutrientes e matéria orgânica (importantes para as plantas e as pastagens), ácidos e com pequena capacidade de retenção de água.

Mas a ciência e a tecnologia mudaram esse quadro. Estudos sobre o bioma realizados pelo então Instituto Agronômico de Campinas (IAC) começaram nos idos de 1958, na região de Batatais-SP, quando dois famosos engenheiros-agrônomos – Walter Lazzarini e Coaracy Moraes Franco – montaram seus testes sobre o café no Cerrado, que continuaram até 1969. O foco deles era a adubação do cafeeiro, dada a pobreza do solo. Na mesma ocasião, ocorreram experiências com cerrados mais leves na região de Campinas. Esses trabalhos importantíssimos foram publicados nos Congressos Brasileiros de Ciência do Solo entre 1965 e 1975, sempre sob a responsabilidade daqueles dois técnicos mais o seu companheiro de trabalho Ferdinando Pupo de Moraes.

Hoje, o café é cultivado em cerrados com resultados espetaculares em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.

Por outro lado, foi publicada no IAC, em 1981, uma circular relatando os resultados de experimentos de adubação em soja realizados entre 1973 e 1978 na região de Guaíra-SP, também de cerrados, pela equipe (da qual participou João Paulo Feijão Teixeira, atual presidente da Associação de Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo – APqC) do prestigiado pesquisador Hipólito Mascarenhas. Essa é a publicação mais antiga encontrada no IAC sobre a leguminosa que tomou conta do Brasil mais tarde.

Portanto, estudos sobre o Cerrado já eram conhecidos em São Paulo quando foi instituído o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER), lançado na década de 1970 pelo Ministério de Agricultura – um programa notável que teve um papel de protagonista das nossas cooperativas agropecuárias.

A partir de então, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) assumiu com grande competência o trabalho de produzir com melhoramento genético variedades que cobrem mais de 36 milhões de hectares de soja por todo o Brasil hoje. E vale lembrar que, em 1965, só havia 400 mil hectares de soja, tudo no Rio Grande do Sul, produzindo 1.200 quilos por hectare, menos de um terço do que se colhe hoje no País.

Segundo estimativas sobre 2020, foram produzidos no Cerrado 413 milhões de toneladas de cana, 52 milhões de toneladas de soja, 48 milhões de toneladas de milho, 4,32 milhões de toneladas de algodão, 2,59 milhões de toneladas de mandioca e mais de 3,35 milhões de toneladas de carne bovina.

As áreas de cerrado ainda cobertas com vegetação nativa somam 112 milhões de hectares, com destaque para Mato Grosso, Tocantins, Minas Gerais, Maranhão, Goiás, Bahia, Mato Grosso do Sul e Piauí.

Com mais ciência e inovação tecnológica, um papel ainda mais notável na segurança alimentar global está reservado para o Cerrado brasileiro, cuja experiência poderá ser replicada em todo o cinturão tropical do Planeta – na América Latina, na África e, também, na Ásia. ■

Em 2020, produziu-se no Cerrado 413 milhões de toneladas de cana, 52 milhões de toneladas de soja, 48 milhões de toneladas de milho, 4,32 milhões de toneladas de algodão, 2,59 milhões de toneladas de mandioca e mais de 3,35 milhões de toneladas de carne bovina.

PRODUZIR

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRO

TERESA CRISTINA VENDRAMINI
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



A REGULARIZAÇÃO fundiária de posses rurais em áreas federais passou por programas de sucesso durante a década de 1980: a gestão do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e do Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas (GEBAM) deu segurança jurídica aos produtores brasileiros no chamado governamental de ocupação da Amazônia pelo Programa de Integração Nacional (PIN), de 1970.

Em que pese essa fase produtiva, o acervo de propriedades a serem regularizadas não foi vencido. No início deste século, houve a tentativa de resolver a questão com o Programa Terra Legal (PTL – Lei nº 11.952/09), mas houve frustração: em dez anos, os resultados mostram a inexpressiva marca de 24 mil regularizações, diante de um passivo atual de 214 mil parcelas regularizáveis.

Um dos motivos desse resultado fraco tem residido na insistência em empregar antigas metodologias de regularização, com vistorias nas parcelas rurais uma a uma. Isso demanda décadas para que haja consolidação. Agora, dispomos de ferramentas modernas e ágeis para fazer as inspeções geodésica, ambiental e de ocupação produtiva, como o sensoriamento remoto.

O Programa Titula Brasil, criado pela Portaria Conjunta nº 1, de 2 de dezembro de 2020, da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAF/MAPA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), trouxe esperança para vencer essa questão. As vistorias foram descentralizadas e transferidas para as Prefeituras, certamente dotadas de maior ramificação para atender a imensa demanda de fiscalizações.

A regularização fundiária é assim importante por três grandes motivos:

- Milhares de produtores rurais da Amazônia Legal estão desassistidos da premissa básica para desenvolver segurança jurídica, pois não possuem o título da terra que exploram há mais de dez anos, como manda a legislação, que exige posse produtiva anterior a 2008 para a regularização.

- Sem titulação, o produtor está excluído do sistema de financiamento agrícola. Na Amazônia, além da dificuldade logística para produzir, o agricultor está afastado do acesso aos recursos públicos e privados de investimento agropecuário.

- A regularização fundiária conecta cada parcela de terra a uma pessoa física, que passa a responder por toda infração ambiental. Isso acaba com a impunidade das devastações das "terras sem dono". As obrigações ambientais são *propter rem*, ou seja, acompanham a coisa independente de qual dos antigos donos violou a lei. O passivo ambiental não cabe ao Estado brasileiro.

De tudo que foi exposto, percebe-se que a rotulação de que a regularização fundiária beneficia grileiros é absolutamente equivocada, se não maldosa. Os critérios de regularização são exigentes, como posse produtiva, antiga (de doze anos) e ambientalmente responsável, mas nada disso reverbera nos grileiros. Muito mais do que trazer a paz social e a segurança ao produtor rural, a regularização fundiária é a melhor chance de se expurgar a impunidade ambiental dos noticiários brasileiros. ■

O Programa Titula Brasil apoiará, por meio de parcerias com os municípios, a titulação de assentamentos e áreas públicas rurais passíveis de regularização.



OPINIÃO

CARTA AO AGRO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

HÁ DOIS anos e meio, recebi o ilustre convite para ocupar o cargo de secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado São Paulo. Naquela oportunidade, expus minha visão de como iria trabalhar para o desenvolvimento do estado, baseado no ecossistema do agronegócio e fundamentado em uma escola liberal, a fim de posicioná-lo como uma referência em inovação, segurança e sustentabilidade.

Acredito que é necessário transformar e modernizar a gestão pública, com foco na eficiência da prestação dos serviços que cabem ao estado e na garantia da liderança e do protagonismo do setor privado. Essas diretrizes foram incluídas no programa de governo e seguidas ao longo desse período, com projetos de transformação digital, integração e fortalecimento dos institutos de pesquisa, modernização da defesa agropecuária, capacitação, melhoria da infraestrutura no campo, criação de novos modelos de comercialização e escoamento da produção e desburocratização, sendo possível revogar mais de 450 atos obsoletos.

Uma das principais ações deu-se com uma nova visão acerca do tema ambiental: a busca contínua por uma produção agropecuária eficiente e uma proteção ambiental eficaz. Esse, sem dúvida, é um trabalho permanente, mas as bases – que instituem o programa ambiental que denominamos Agro Legal – já foram lançadas.

Outro tema relevante foi criar uma alternativa 100% privada para a situação do abastecimento do estado de São Paulo: a plataforma AgroSP, que pavimenta alternativas digitais ao abastecimento, conectando compradores e vendedores, além de diversas outras ações emergenciais para o monitoramento e a garantia do abastecimento durante a pandemia de COVID-19.

Redesenhamos a missão, a visão e os valores da Secretaria. A partir disso, foi pensado um programa de longo prazo, dando-se a construção do "Cidadania no Campo 2030", que traz diretrizes e estratégias claras para políticas públicas voltadas ao campo. Alguns exemplos de tais políticas são: o Programa Mais Gestão, Mais Renda, que promove a integração dos pequenos e dos médios produtores com as modernas cadeias produtivas do agro, trazendo uma nova visão sobre a atuação das áreas de extensão rural e assistência técnica; o Programa Rotas Rurais, que promove o endereçamento das propriedades rurais e inclui também o antigo Melhor Caminho, para melhoria das estradas; o Programa Município Agro, que leva uma agenda integrada para o planejamento municipal e gera um *ranking* dos municípios de forma meritocrática; o programa Cesta Verde, que apoia os pequenos produtores de frutas, verduras e legumes, por meio do escoamento da produção, e a população vulnerável, que recebe esses alimentos; e a nova lei do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Estado de São Paulo (SISP), que separa as atividades de fiscalização e inspeção para que o estado possa se concentrar no monitoramento e na fiscalizando das atividades, garantindo maiores saudabilidade e segurança dos alimentos. A pesquisa também foi reorganizada e fortalecida, pensando-se sempre na solução de problemas.

Essa visão de longo prazo e integração de ações e políticas planejadas é o futuro da gestão pública. E, graças à confiança do governador João Doria e de uma excelente equipe de servidores públicos engajados e preparados, tive a oportunidade de iniciar esse trabalho. Sou e serei eternamente grato! Ao meu sucessor, desejo sucesso nessa trajetória para liderar a continuidade da transformação e da modernização da Secretaria de Agricultura.

Por fim, deixo aqui o meu sincero agradecimento a todo o setor do agronegócio e a certeza de que levarei todo o aprendizado para a minha nova missão, na retomada econômica do estado, como presidente da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (InvestSP). Contem comigo! ■

"Acredito que é necessário transformar e modernizar a gestão pública, com foco na eficiência da prestação dos serviços que cabem ao estado e na garantia da liderança e do protagonismo do setor privado."

REFLEXÃO

OS IMPACTOS DA CONECTIVIDADE SOBRE O AGRO



MARCELLO BRITO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

ESTE DEVE ser mais um ano excelente para as exportações de *commodities* agrícolas brasileiras. Especialistas já estimam que 2021 pode ser o melhor ano da história do agro. Os atuais preços do milho, da soja, do açúcar e do café, realmente, indicam que estamos vivendo um momento extraordinário. Segundo as previsões, devemos passar de US$ 100 bilhões para mais de US$ 120 bilhões. Em abril último, tivemos um recorde de crescimento da balança comercial de 67,9% – um saldo superior a US$ 10 bilhões.

O agro brasileiro tem dimensões grandiosas, sendo composto de 5,5 milhões de propriedades e uma longa cadeia produtiva de insumos, máquinas e equipamentos, logística e serviços. Mas como seria se esses mais de 5 milhões de produtores tivessem acesso a tecnologia, a conectividade?

O Valor Bruto da Produção (VBP) vai ultrapassar R$ 1 trilhão e compõe 26% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Desse total, 71% vêm de apenas 2% das propriedades. Isso parece um problema, mas também é uma grande oportunidade de crescimento e desenvolvimento. Vamos usar o algodão como exemplo: segundo dados do pesquisador Zander Navarro, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1970, tínhamos 4,0 milhões de hectares plantados com algodão no Brasil, onde era produzido 1,2 milhão de toneladas; e, hoje, temos 1,7 milhão de hectares plantados com algodão e produzimos 4,3 milhões de toneladas. Isso representa 900% de crescimento na produtividade e uma redução de quase três vezes na área plantada. Tudo isso graças à tecnologia.

A tecnologia é uma grande aliada da sustentabilidade – o que chamamos de "efeito poupa-terra". Se continuássemos produzindo como fazíamos em 1970, qual é o tamanho da área que seria necessária para abastecer a demanda atual? Só para o algodão, poupamos 13,3 milhões de hectares de terras, que estão sendo usados para outras culturas.

Seríamos uma potência se pudéssemos acessar esses quase 5 milhões de proprietários que estão na base da cadeia, principalmente aqueles mais vulneráveis no Nordeste e no Norte do País, que representam 68% do total das propriedades e apenas 1% da renda bruta. São esses os mais necessitados de tecnologia. Mas, para que isso aconteça, precisamos mudar muitas coisas antes. Basta andar pelas estradas do País para saber o tamanho da dificuldade de conexão para celular – até mesmo em São Paulo; imagine nos outros estados. O desafio ainda é monstruoso antes de termos acesso ao padrão 5G.

E, quando chegar, que tipo de 5G queremos no Brasil para mobilizar todo o processo de digitalização nacional? Vamos criar fossos empresariais, fossos de cidadania e fossos regionais ou vamos montar um processo que visa recuperar esses fossos de desenvolvimento que temos hoje? A única forma de acessar esses produtores rurais que estão parados no tempo é via digitalização, via internet das coisas. Hoje, nós temos 1.500 *start-ups* que estudam a digitalização no agro.

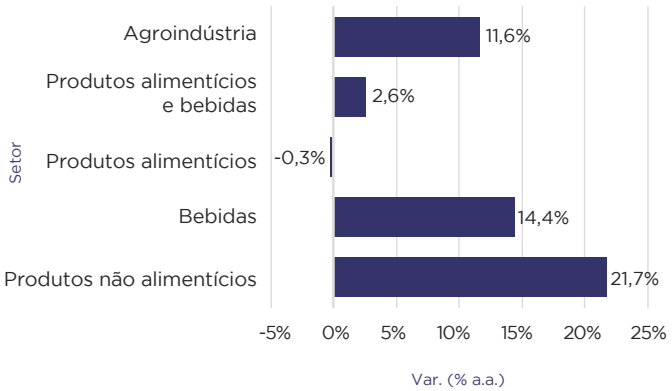
O nosso processo de digitalização depende de um investimento muito grande em educação, visto que temos 14% de analfabetos e 70% de analfabetos funcionais na nossa população. Hoje, os grandes produtores fazem seus investimentos diretamente e os pequenos só conseguem se estiverem ligados a cooperativas. Por isso, a expansão do cooperativismo é fundamental para que o processo de digitalização chegue aos pequenos produtores e que estes sobrevivam nesse mercado. ■

"...a expansão do cooperativismo é fundamental para que o processo de digitalização chegue aos pequenos produtores e que estes sobrevivam nesse mercado."

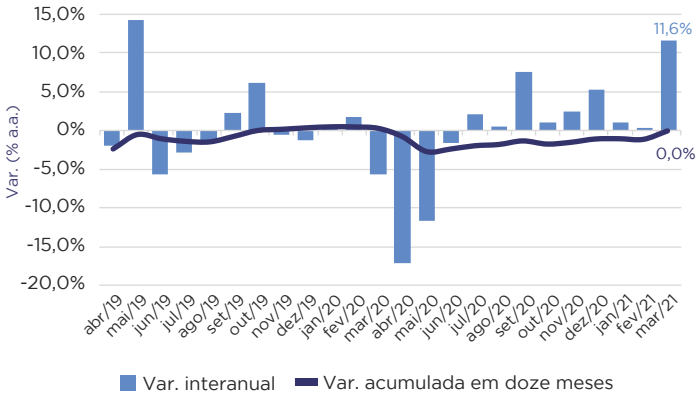
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: MARÇO DE 2021

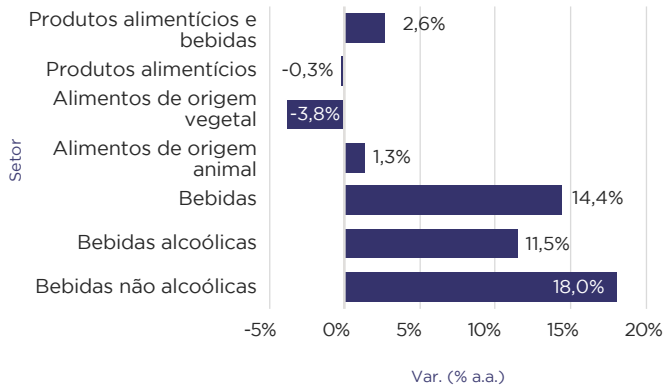
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM MARÇO DE 2021



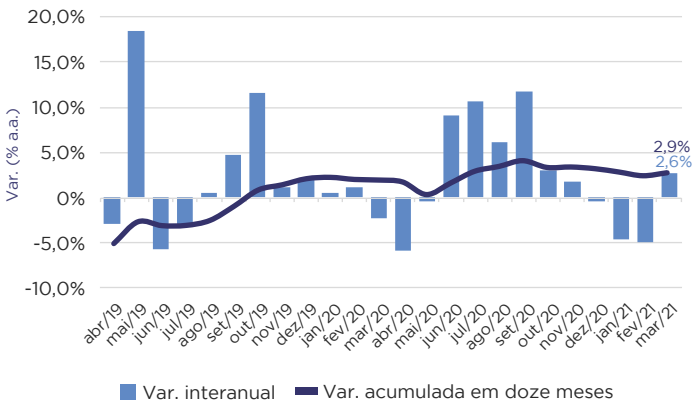
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



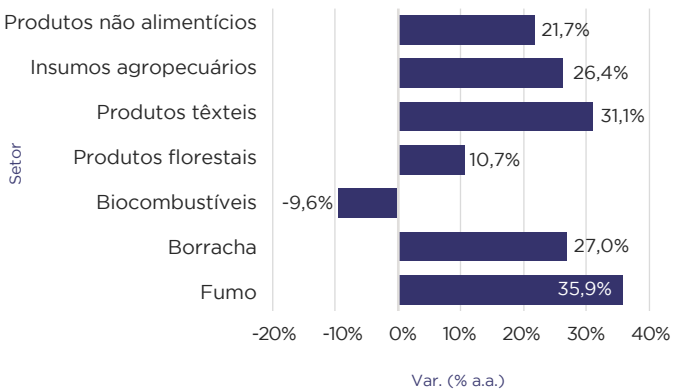
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM MARÇO DE 2021



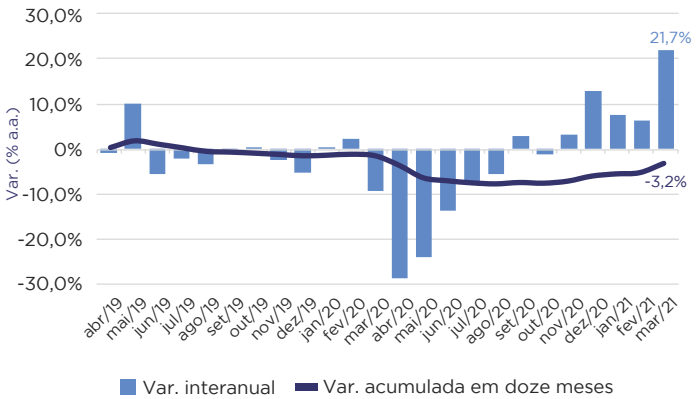
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM MARÇO DE 2021



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro


125 anos
BRASIL
Bayer 125 anos.
A nossa maior conquista é poder construir o futuro junto com você.
No ano em que a Bayer celebra um marco tão importante no Brasil, queremos reforçar o nosso compromisso de seguir em busca de soluções e inovações que melhorem a qualidade de vida das pessoas. E queremos fazer muito mais – fazer o que é bom para o outro e, acima de tudo, com o outro. Fazer com você. Dos avanços na medicina e na agricultura, ao cuidado com o planeta e à defesa da diversidade, nós vamos, mais do que nunca, ouvir a sua voz. Porque, cada vez mais, é a vida que vai transformar a ciência, e a nossa maior inspiração é você.
Se é Bayer, é bom. Você e Bayer: é bom.
BAYER

02 AGOSTO 2021

20º CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO

NOSSO CARBONO É VERDE

Online

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES GRATUITAS

www.congressoabag.com.br

abag

[B]3

Patrocínio Master

BAYER 125 anos BRASIL

brf

CORTEVA agriscience

CropLife BRASIL

Mosaic Fertilizantes

Patrocínio

agroceres

BASF We create chemistry

bradesco

cooxupé

inpEV

jacto

Rabobank

SistemaOCB

YARA Knowledge grows